



**MESTRADO PROFISSIONAL DE
SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

FABIANO JOSÉ DE ANDRADE

**EXPERIÊNCIA ESCOLAR E PERSPECTIVAS DO ESTUDANTE/TRABALHADOR DE
TORITAMA/PE: ENTRE OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E AS EXIGÊNCIAS DO
TRABALHO NA CONFECÇÃO.**



**Campina Grande - Paraíba
Julho de 2020**

FABIANO JOSÉ DE ANDRADE

**EXPERIÊNCIA ESCOLAR E PERSPECTIVAS DO ESTUDANTE/TRABALHADOR DE
TORITAMA/PE: ENTRE OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E AS EXIGÊNCIAS DO
TRABALHO NA CONFECÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
PROFSÓCIO – Mestrado Profissional em
Rede Nacional, polo da Universidade
Federal de Campina Grande - PB, como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Sociologia.

Orientador

**Prof. Dr. Mário Henrique Guedes
Ladosky.**

Linha de pesquisa

Juventude e Questões Contemporâneas.

Modalidade

Dissertação.

Campina Grande - Paraíba

Julho de 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

FABIANO JOSÉ DE ANDRADE

**EXPERIÊNCIA ESCOLAR E PERSPECTIVAS DO ESTUDANTE/TRABALHADOR DE
TORITAMA/PE: ENTRE OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO E AS EXIGÊNCIAS DO
TRABALHO NA CONFEÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
PROFSÓCIO – Mestrado Profissional em
Rede Nacional, polo da Universidade
Federal de Campina Grande - PB, como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Sociologia.

Orientador: **Prof. Dr. Mário Henrique
Guedes Ladosky.**

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky.
Orientador – UACS/CH/UFCG

Professor Dr. Roberto Véras de Oliveira.
Examinador Externo – PPGCS/UFCG e PPGS/UFPB

Professora Dra. Maria de Assunção Lima de Paulo.
Examinadora Interna - UFCG

Trabalho aprovado em: _____ de setembro de 2020.

Campina Grande - Paraíba
Julho de 2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu pai, Mano. Em memória (viva).

AGRADECIMENTOS

De um projeto antigo que só agora se torna concreto, muito tenho a agradecer. A conclusão desta etapa não seria possível sem o apoio destes que fazem parte da minha trajetória.

A Deus que nos permite a existência, meu agradecimento maior.

Agradeço a minha família que se fez presente em todos os momentos. Nos mais difíceis ela foi essencial. Cada um a seu modo, nunca me faltaram.

Obrigado, mãe, meu porto seguro. Obrigado, pai, sempre vigilante e cuidadoso de mim, mesmo que em outra dimensão.

Meus amigos, obrigado pela torcida. Devo muito a todos. Saibam que conversei muito com Deus sobre o bem de vocês.

Agradeço à UFCG pelo acolhimento, ao PROFSÓCIO (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) pela oportunidade, aos professores do curso: Professor Xangai, Professora Assunção, Professora Tânia, Professor Luciano, Professor Rogério, Professor Assis, Professor Arilson, Professor Jesus. Quanto aprendizado, que bom que vocês cruzaram meu caminho.

Professora Assunção, não há como descrever o quanto foi importante para minha conquista. Obrigado por toda dedicação.

Aos companheiros do TDEPP (Grupo de Pesquisa Trabalho, desenvolvimento e Políticas Públicas) que me receberam com tanta gentileza, estar entre vocês é vivenciar momentos de crescimento intelectual e humano, muito obrigado.

Professor Mário Ladosky, obrigado por toda calma, solicitude, paciência e confiança no meu trabalho. Levo muitas das suas orientações para a vida, as relações sociais, as lutas...

Companheiros da turma que me receberam com um abraço abarcante, é por causa de convivências como a nossa que defendo que pessoas são presentes. Obrigado a todos: Érica, Mirna, Bruno, Flávio, Wilton, Grygena, Tiago Crato, Thiago Bayeux, Rosy, Timóteo, Anne, Kaline, Cassiano e Jefferson. Aracele, Ceciliano e Alcilene com suas participações especiais na turma. Mônica e Manoel Brito que compartilharam comigo os mais de 15 mil quilômetros rodados. Valeu mesmo.

RESUMO

A experiência docente na rede pública de ensino na cidade de Toritama, agreste pernambucano é o ponto de partida da presente pesquisa. O município conhecido como a *Capital do Jeans* tem na confecção o principal motor de sua economia e um dos principais traços do seu cotidiano. No que se refere à educação, na etapa do ensino médio especificamente, buscamos investigar como os jovens conciliam ou não as atividades escolares e as obrigações com a confecção e como projetam seu futuro a partir dessa realidade. O estudo ocorreu na escola Estelita Timóteo e abrangeu 60 estudantes ligados à confecção. Cada estudante/trabalhador respondeu um questionário que permitiu traçar um perfil socioeconômico, além de perguntas acerca da relação trabalho e escola. Em seguida três entrevistas na forma de grupo focal permitiram uma abordagem qualitativa dos dados. Foi observado que o trabalho na confecção é marcado pela informalidade e repercute na vida social da cidade como um todo. No caso da educação, boa parte da vivência escolar é pensada ou influenciada pelo elemento do trabalho, o que nos permitiu a reflexão a partir do conceito de *habitus* em Bourdieu (1992). O esgotamento físico decorrente das jornadas prolongadas e as dificuldades de prosperar financeiramente com a confecção têm desestimulado alguns estudantes a permanecer no ramo, fazendo com que busquem alternativas. No grupo pesquisado foi citado com ênfase o desejo de seguir carreira universitária, ainda que muitos não tenham a referência desta disposição nas suas famílias, daí a nossa fundamentação, neste ponto, a partir do pensamento de Lahire (1995). Tal disposição que cresce entre estes estudantes/trabalhadores parece ser um reflexo, por um lado, da falta de perspectiva com a confecção e, por outro, das possibilidades objetivas de uma carreira de nível superior resultantes das políticas de acesso à universidade.

Palavras-chave: Escola. Trabalho. Confecção. Ensino superior.

ABSTRACT

The teaching experience in the public school system in the city of Toritama, Agreste Pernambuco is the starting point of this research. The municipality known as the Capital do Jeans has in manufacturing the main engine of its economy and one of the main features of its daily life. With regard to education, in the stage of high school specifically, we seek to investigate how young people reconcile school activities and obligations with cooking, and how they project their future based on this reality. The study took place at the Estelita Timóteo school and covered 60 students linked to the confection. Each student / worker answered a questionnaire that allowed them to draw a socioeconomic profile, in addition to questions about the relationship between work and school. Then, three interviews in the form of a focus group allowed a qualitative approach to the data. It was observed that the work in the making is marked by informality and has an impact on the social life of the city as a whole. In the case of education, a good part of the school experience is thought or influenced by the element of work, which allowed us to reflect on the concept of habitus in Bourdieu (1992). The physical exhaustion resulting from long hours and the difficulties of financially prospering with the cooking have discouraged some students from remaining in the business, making them look for alternatives. In the group researched, the desire to pursue a university career was mentioned with emphasis, even though many do not have the reference of this provision in their families, hence our reasoning, on this point, based on the thinking of Lahire (1995). Such a disposition that grows among these students / workers seems to be a reflection, on the one hand, of the lack of perspective with the confection and, on the other hand, of the objective possibilities of a higher level career resulting from the university access policies.

Keywords: School. Work. Clothing. Higher education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mesorregiões de Pernambuco	29
Figura 2 - Mapa das microrregiões do Agreste	30
Figura 3 - A chamada Pedra da Torre	31
Figura 4 - Propagandas de grandes lojas localizadas às margens da BR-104	33
Figura 5 - Escola Estelita Timóteo, Toritama/PE	44
Figura 6 - Monumento em homenagem à confecção de jeans na principal entrada da cidade.....	49
Figura 7 - Ponte sobre o Rio Capibaribe que marca o limite entre Toritama-PE e Caruaru-PE	52
Figura 8 - Confeccionistas transportando peças entre os diferentes espaços de produção	62
Gráfico 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Toritama (PE) - 2010	35
Gráfico 2 - Evolução do IDH-M de Toritama-PE segundo os últimos três censos.....	36
Gráfico 3 - Evolução comparativa dos IDH-Ms das três principais cidades do polo de confecções do Agreste	37
Gráfico 4 - Representação gráfica da tabela 2	54
Gráfico 5 - Representação gráfica da tabela 3	55
Gráfico 6 - Representação gráfica da tabela 4	56
Gráfico 7 - Representação gráfica da tabela 5	57
Gráfico 8 - Representação gráfica da tabela 6	58
Gráfico 9 - Representação gráfica da tabela 7	59
Gráfico 10 - Representação gráfica da tabela 8	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo nas três principais cidades do polo de confecções do Agreste	38
Quadro 2 - PIB per capita dos municípios do Alto Capibaribe – 2017.....	38
Quadro 3 - Salário médio dos municípios do Alto Capibaribe – 2017	39
Quadro 4 - IDEB da EET em comparação com Pernambuco e Brasil	43
Quadro 5 - Distribuição das turmas de EM da EET - 2020	46
Quadro 6 - Quantitativo de estudantes por série da EET - 2020.....	46
Quadro 7 - Distribuição dos estudantes da EET segundo sexo/gênero - 2020.....	47
Quadro 8 - Indicadores de trabalho e rendimento das principais cidades do polo de confecções do Agreste (salário médio e população ocupada)	51
Quadro 9 - Indicadores de trabalho e rendimento das principais cidades do polo de confecções do Agreste (percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo)	52
Quadro 10 - Idade	67
Quadro 11 - Gênero	67
Quadro 12 - Etnia	67
Quadro 13 - Estado Civil	67
Quadro 14 - Série.....	67
Quadro 15 - Turno.....	67
Quadro 16 - Local de moradia.....	68
Quadro 17 - Origem do estudante quanto ao ensino fundamental.....	68
Quadro 18 - Quantidade de membros por domicílio.....	68
Quadro 19 - Principal responsável pelo sustento da família	69
Quadro 20 - Renda familiar	69
Quadro 21 - Nível de escolarização dos pais e mães	70
Quadro 22 - Local de trabalho.....	72
Quadro 23 - Atividade desempenhada.....	73
Quadro 24 - Grau de parentesco com o patrão	73
Quadro 25 - Estudantes que já faltaram provas por causa do trabalho	75
Quadro 26 - Jornada diária de trabalho.....	76
Quadro 27 - Estudantes que fazem serão.....	79
Quadro 28 - Tempo médio de serão por dia	79

Quadro 29 - Trabalho aos sábados, domingos e feriados.....	80
Quadro 30 - Conseguem conciliar os horários do trabalho e da escola?	81
Quadro 31 - Considera que o trabalho toma algum tempo que gostaria de dedicar aos estudos?	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes - Município – Toritama-PE.....	37
Tabela 2 - Perfil dos empresários pesquisados - Sexo	54
Tabela 3 - Perfil dos empresários pesquisados - Idade	54
Tabela 4 - Perfil dos empresários pesquisados - Escolaridade.....	56
Tabela 5 - Adquire insumo para o processo de fabricação	56
Tabela 6 - Pessoal ocupado.....	57
Tabela 7 - Tipo de produto que fabrica	59
Tabela 8 - Peças produzidas.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDE-PE	Base de Dados do Estado - Pernambuco
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
EET	Escola Estelita Timóteo
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GRE	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SINDIVEST	Sindicato das Indústrias do Vestuário
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TDEPP	Grupo de Pesquisa Trabalho, desenvolvimento e Políticas Públicas
UF	Unidade da Federação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Inquietações iniciais: a realidade como ponto de partida.	15
1.2 A desnaturalização e a formulação do problema.	17
1.3 O campo de investigação e o percurso metodológico da pesquisa.....	18
1.4 Referencial teórico	21
2 CAPÍTULO I: RETRATO GERAL DO CAMPO DE PESQUISA – ASPECTOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS, POPULACIONAIS E EDUCACIONAIS.....	28
2.1 O Agreste: ocupação e vocação econômica.	28
2.2 Toritama: economia, sociedade e população.	30
2.3 Escola Estelita Timóteo: os desafios da escola pública.	39
3 CAPÍTULO II: TÓPICOS SOBRE TRABALHO E COTIDIANO NA CAPITAL DO JEANS.	49
3.1 Toritama: trabalho, rendimento e informalidade	51
4 CAPÍTULO III: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DOS ESTUDANTES/TRABALHADORES.	67
4.1 Perfil geral e estrutura familiar.....	67
4.2 Aspectos do trabalho na confecção e suas implicações no estudo.....	71
4.3 Estudar, trabalhar e projetar o futuro: uma combinação possível?	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE.....	101
APÊNDICE 01	102

1 INTRODUÇÃO

Pensar a Educação é um exercício que exige, antes de qualquer coisa, daquele ou daquela que se habilita, um espírito desafiador. No seu sentido mais amplo é por meio da educação que todo conhecimento acumulado desde tempos primitivos vem sendo apreendido através das gerações que dão, evidentemente, sua parcela de contribuição na discussão, reflexão, manutenção e transformação desses saberes.

No seu sentido institucionalizado, isso quer dizer, a educação enquanto direito, o debate se volta para questões que vão desde a estrutura que acomoda a sua oferta até a proposta ideológica e valorativa que baseia a Educação. Cabe às lutas e atores sociais de cada povo e cada país, nos seus específicos contextos históricos, a forma como esse direito será ou não assegurado. O que parece ser consenso entre os especialistas é que o desenvolvimento da Educação está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano e social, à qualidade de vida e à cidadania em qualquer que seja a nação.

A educação enquanto prática precede qualquer classificação ou formulação teórica sobre ela mesma. Para Gadotti (2008, p. 21):

O pensamento pedagógico surge com a reflexão sobre a prática da educação, com a necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos.

Durante um longo período da história humana a educação esteve ligada à transmissão de hábitos e valores, à manutenção de tradições e ao atendimento de fins religiosos, sobretudo no período medievo. O advento da Modernidade que pouco a pouco vai retirando o processo educativo da alçada da religião acaba por consolidá-lo como uma atribuição dos Estados modernos nas suas diferentes fases e modelos.

Com isso, a forma como cada Estado-nação construiu e consolidou seus sistemas educativos repercutiu, inevitavelmente, nas sociedades que vieram a se tornar. Seja pelo fato de terem revolucionado a educação como no caso do Japão ou mesmo por relegá-la à própria sorte, cada país revela por meio do seu povo ou das suas instituições, aspectos do seu modelo educacional.

No Brasil, quando se abriu a possibilidade de a educação ser oferecida enquanto mercadoria¹, as tensões decorrentes do comparativo entre o público e o privado apareceram com mais nitidez. Isso porque, considerada a lógica capitalista que está na base dessa relação, coube sempre à escola pública, marcada quase sempre pelo abandono estatal, legitimar a suposta eficiência do ensino privado.

À essa dualidade soma-se o fato de o Brasil ser um dos países com maior percentual de jovens (43,7%) entre 15 e 16 anos exercendo algum tipo de trabalho remunerado segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA², o que traz implicações nas suas trajetórias escolares reforçando a disparidade público/privado, já que essa quase metade de todos os matriculados do país está concentrada, majoritariamente, nas redes públicas de ensino.

Num aspecto mais pragmático, fazer parte dessa massa é uma condição que coloca os jovens trabalhadores em desvantagem se comparados àqueles cuja dedicação aos estudos é integral. Por um lado, o acúmulo de obrigações no trabalho disputa o tempo com as atividades escolares e isso repercute não só no rendimento, mas também, nas próprias possibilidades de continuidade dos estudos e, por outro, coloca-os diante da obrigação de pensar estratégias de superação dessa problemática.

1.1 Inquietações iniciais: a realidade como ponto de partida.

Tomando como recorte a escola de Ensino Médio Estelita Timóteo, localizada na cidade de Toritama-PE, interessou-nos detalhar esta relação entre escola e trabalho, investigando como e o que fazem os estudantes na tentativa de conciliar (ou não) esses dois mundos focando, especificamente, naqueles inseridos em alguma atividade ligada à confecção de roupas, principal atividade econômica da cidade.

É dentro da minha experiência de professor de Sociologia na referida escola, que surgem as provocações que deram origem à temática de pesquisa. A relevância que o trabalho na confecção alcançou nas diversas esferas da vida social do município é de difícil mensuração. Na Educação, especificamente, um bom ponto de

¹ Artigo 206, parágrafo III da CF de 1988: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, e ao Artigo 209: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições...”.

² Reportagem, “No Brasil, 44% dos estudantes de 15 e 16 anos trabalham, mostra ranking” Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/04/19/no-brasil-44-dos-estudantes-de-15-e-16-anos-trabalham-mostra-ranking.htm> Acesso: 31/03/2020

partida para entender os impactos dessa pujança econômica da forma como ocorreu é a frase que um consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE ouviu enquanto prestava consultoria no Polo de Confeções: *“por que parar de trabalhar para estudar, se aprendi a costurar com a minha vó?”*.

Essa indagação que está na reportagem Polo de Confeções do Agreste: da Sulanca à Industrialização, do Jornal do Comércio de 14 de dezembro de 2014 edição online (FELIPE, 2014), ainda se faz presente na mente de alguns jovens do Ensino Médio da cidade e não se trata de pensamentos dispersos e alheios à realidade concreta, já que possui desdobramentos práticos que impactam negativamente na trajetória escolar de muitos estudantes.

A temática de pesquisa surge desses desdobramentos e é fruto das observações feitas ao longo dos mais de dez anos de docência (2010-2020) no Ensino Médio da Escola Estelita Timóteo em Toritama-PE. O desafio posto foi, portanto, examinar à luz da sociologia todo esse apanhado empírico a partir de critérios metodológicos específicos.

O ponto de partida dessa problemática tem a ver com o papel que o trabalho e a educação desempenham na vida dos jovens e adolescentes da cidade. Compreendê-los como dimensões separadas ou até mesmo opostas sempre foi algo frequente entre os estudantes. No dia a dia das aulas, algumas falas deixavam transparecer o enaltecimento do trabalho em detrimento do estudo, como se um não pudesse complementar o outro. Este quadro é percebido mais fortemente até 2010 mas as transformações sociais³ e suas repercussões sobre a juventude, têm estimulado muitos estudantes-trabalhadores a redefinir essa relação.

³ A Política Nacional de Juventude começou a ser desenhada no primeiro mandato do Presidente Lula quando foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2004; e depois o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2005, de composição bipartite com representação de membros do governo e da sociedade civil. Entre setembro de 2007 e abril de 2008 aconteceu as etapas municipal, estadual e nacional da 1ª Conferência de Juventude. Como resultado do acúmulo de debate ao longo desse processo, em julho de 2010 foi aprovada a PEC da Juventude que incorporou o segmento de 15 a 29 anos de idade no marco legal da Constituição Federal enquanto sujeito portador de direitos e de políticas públicas específicas. Em 2011 houve a 2ª Conferência Nacional de Juventude. E em agosto de 2013 foi aprovada a Lei 12.852, conhecida como Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Esse conjunto de iniciativas. Esse conjunto de avanços legais no tema da juventude correu paralelamente à implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – Decreto 6.096, de 24/04/2007) e do Programa Universidade para Todos (ProUni – Lei nº 11.096/2005), do Ministério da Educação, instrumentos que permitiram a ampliação do número de matrículas em cursos de graduação na modalidade presencial e à distância, de pouco mais de 3 milhões em 2001, para quase 6,4 milhões, em 2010 (BARROS, 2015).

Sobre a relevância social e política da pesquisa ou ainda, no que diz respeito a sua aplicabilidade na realidade concreta das pessoas (LIRA, 2014), a ideia é que esta possibilite compreender mais sobre Educação e Trabalho em Toritama-PE, seu desenvolvimento econômico, a dinâmica da produção de confecções, a distribuição da riqueza gerada a partir dessa atividade, entre outros, tendo a Sociologia como suporte para essa discussão.

1.2 A desnaturalização e a formulação do problema.

O caminho percorrido rumo ao problema de pesquisa se confunde com a experiência de professor junto aos estudantes pesquisados. Ao chegar na Escola Estelita Timóteo no início de 2010 vindo de outra cidade, pude perceber uma dinâmica diferenciada e muito própria da realidade local, que em vários aspectos distanciava-se de experiências que tive em outras escolas de Ensino Médio com estudantes da mesma faixa etária.

Um elemento a ser destacado nessa dinâmica é a predominância do trabalho com relação a outras dimensões da vida pessoal e social. Na educação, ainda hoje, há os que são levados a enxergar a escola como obstáculo aos ganhos gerados pelo jeans, já que a confecção de roupas é a principal atividade provedora. Tal condição fica clara nas épocas de comércio aquecido (as chamadas “*feiras boas*”) que se refletem no esvaziamento das salas em função, principalmente, das extensas jornadas de trabalho nos famosos serões.

No seu estudo sobre a inserção dos jovens na cadeia produtiva do Polo de Confecções do Agreste tomando como base a experiência jovens do Cariri Paraibano, Neves (2019, p. 46) reflete:

No que tange esse assunto a literatura tem constatado com unanimidade que dentro do Polo as relações com escola são extremamente incipientes, do ponto de vista da elevação no grau de estudo, de modo que grande parte das pessoas que estão ligadas a confecção não tem escolaridade elevada, dada a facilidade de ingresso no ramo sem necessitar de muitos requisitos educacionais.

Por outro lado, num aspecto também peculiar da cidade, há vários estudantes com alto poder aquisitivo, incomum para os padrões de adolescentes e jovens de escola pública. Facilmente se percebe que o consumo de bens é um traço forte de parte desses estudantes que adquirem roupas, sapatos, celulares e até mesmo outros itens de maior valor agregado como motos e carros com dinheiro próprio.

A confecção de roupas dita o ritmo e a paisagem de Toritama-PE. Para nosso estudo virou um desafio perceber como os estudantes se enxergam nessa realidade. Daí, o passo seguinte da pesquisa foi conversar com esses estudantes para compreender como eles se veem naquele movimento complexo e até certo ponto naturalizado. Ainda que em caráter informal, essas conversas foram essenciais na formulação do problema de pesquisa. Isso porque, esses pequenos bate-papos que ocorriam quase sempre no final das aulas se transformaram num laboratório de observação participante que permitiu enxergar a condição daqueles estudantes como um fenômeno e não mais como um traço da usualidade, como bem observa Oliveira (2016, p. 80-81):

[...] as observações visam buscar os fundamentos na análise do meio onde vivem os atores sociais. Em pesquisas qualitativas, os dados não podem ser considerados como fatos isolados, observados desde que estejam relacionados ao contexto em suas múltiplas relações. São, portanto, *fenômenos*, que se manifestam de diferentes formas e que precisam ser percebidos além das *aparências*. Vai-se à essência desses fenômenos e dos fatos através da dinâmica e conexões do objeto de estudo.

Essa nova visão permitiu desnaturalizar a realidade que já se tornara normal e espontânea para a maioria dos sujeitos da escola e formulá-la no seguinte problema de pesquisa: de que forma o trabalho na confecção interfere na trajetória escolar dos estudantes inseridos nessa cadeia? O que os motiva a continuar estudando, considerando as condições adversas que enfrentam? Como os estudantes-trabalhadores lidam com os obstáculos para a continuidade dos estudos? Destas indagações principais outras se seguiram: como esses estudantes enxergam o lugar da escola no seu projeto de vida mais amplo e na carreira profissional em específico? E ainda, considerando as jornadas de trabalho prolongadas e o intenso desgaste físico decorrente delas, quais estratégias eles vêm adotando para conciliar (ou não) as atividades laborais e as escolares?

1.3 O campo de investigação e o percurso metodológico da pesquisa.

O desenvolvimento da presente pesquisa se deu na Escola Estelita Timóteo, localizada na área central de Toritama-PE. Trata-se de uma das duas escolas públicas da cidade que oferecem o ensino médio gratuito. A escolha dessa escola obedeceu um critério obvio, qual seja, o fato de lecionar nesta unidade de ensino há uma década permitiu observar a realidade estudada com um grau de familiaridade muito maior do que qualquer outro pesquisador *de fora*, por assim dizer, além de já

desfrutar de uma relação cordial com os estudantes pesquisados e poder centralizar os trabalhos de campo em um só espaço.

O exercício da docência passou a ser também, um laboratório de observação participante no sentido colocado por Minayo (2016, p. 64), quando: “O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa”, o que permitiu uma percepção de como a problemática ora pesquisada se manifesta na rotina destes jovens muitas vezes por meio de conversas espontâneas e outros detalhes.

O desafio posto foi, portanto, lidar com essa relação afetiva com os jovens estudantes e tentar enxergá-los com o distanciamento crítico possível, já que tal relação, conforme Oliveira (2016, p. 35):

[...] pressupõe que o autor evite ao máximo a subjetividade, ou seja, ele deve manter-se distante das suas emoções durante a construção do conhecimento e precisa evitar o ‘achismo’ para não interferir nos resultados da pesquisa.

Isso implicou despojar-me das conclusões extraídas da prática docente, muitas delas calcadas no senso comum, submetendo, agora, todo esse apanhado de informações aos rigores do método, pois “o sociólogo deve romper com as representações, ideias e conceitos elaborados pelo senso comum a respeito da vida social em geral” (SELL, 2015, p. 84).

A partir daí, a Escola Estelita Timóteo passou a ter uma outra representação para além de um local de trabalho assumindo, também, a ideia de campo de pesquisa no sentido definido por Minayo (2016, p. 57): “Entendemos campo, na pesquisa qualitativa, como um recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”. Essa dupla concepção do mesmo espaço físico também repercutiu nos estudantes que agora não eram mais vistos somente enquanto tais, mas também, como sujeitos de investigação inseridos num ambiente de complexidades a serem exploradas, Minayo (2016, p. 57):

Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo*. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador: suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e metodológico, suas interações, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os colegas de trabalho.

Do ponto de vista dos instrumentos de pesquisa fez-se necessário um combinado de ferramentas que dessa consistência à natureza qualitativa da pesquisa sem subtrair a importância dos dados quantitativos. Seguindo esse raciocínio foram utilizados questionários e realizadas entrevistas em momentos diferentes. Isso porque os resultados do primeiro serviram de subsídio para a elaboração das perguntas da segunda.

O questionário (apêndice 01) foi elaborado de modo a proporcionar um apanhado de informações mais gerais do grupo pesquisado na sua relação com o problema de pesquisa. Em suma, solicitava alguns dados pessoais e estudantis, trazia questões sobre o perfil socioeconômico dos estudantes e suas famílias e, em sua maior parte, arguia os entrevistados sobre a sua ocupação na cadeia produtiva da confecção e em quais condições exercia essa função. Por fim, uma questão aberta indagava sobre as perspectivas futuras de cada um deles.

O levantamento foi feito entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020 com 60 estudantes dos três turnos da escola (manhã, tarde e noite) abrangendo também, as três séries do ensino médio (1º, 2º e 3º ano). Esse quantitativo representa 7,5% do corpo discente, muito embora não se trate de uma amostragem probabilística e essa distribuição foi adotada como critério com o objetivo de abranger diferentes pontos de fala.

A etapa das entrevistas se seguiu à dos questionários porque foi a partir de uma breve análise destes que perguntas motivadoras foram elaboradas. Além de dar voz aos estudantes o objetivo nesta fase foi explorar questões mais particulares da sua relação com o trabalho, pontos de uma dimensão subjetiva não revelados nos questionários pois, escapam a qualquer método quantitativo. Trabalhamos, portanto, com o que Minayo (2016, p. 59) vai chamar de dados secundários:

A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbito e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia.

Com o processo de investigação em marcha percebeu-se que a entrevista individual não seria a mais apropriada por duas questões, uma logística e outra que tem a ver com uma inquietação dos entrevistados. A primeira diz respeito ao quantitativo de jovens alcançados pela amostragem que inviabilizou os encontros

um a um; a segunda se refere ao receio que muitos ainda têm de falar sobre seu trabalho pois, trata-se de uma realidade vivida, porém, pouco ou nunca confrontada, fazendo com que ficassem na defensiva diante das perguntas. Por isso, conforme Haguette (2013, p. 85):

[...] devemos estar atentos para a própria situação da entrevista e para a situação peculiar do entrevistado que também pode influenciar a natureza das informações prestadas. Argyris (1969) apresenta algumas especificidades da situação da entrevista que podem levar os entrevistados a um estado de nervosismo e ansiedade:

- 1) as entrevistas representam situações psicológicas novas para o entrevistado. Como tal, ele não percebe bem seus objetivos nem sabe bem como se comportar;
- 2) embora conhecendo os mecanismos de uma entrevista, alguns entrevistados não gostam da natureza autoritária do relacionamento entre ele e o entrevistador, pois se sentem de alguma forma subjugados.

Esse contratempo exigiu uma pequena modificação no itinerário metodológico anteriormente pensado sem que isso implicasse na substituição da entrevista por outro mecanismo ou na desistência da mesma. Até porque trata-se de um importante recurso para pesquisas de cunho qualitativo.

A formação de grupos focais apresentou-se como a solução ideal tanto porque desmantelou a hierarquia que existe entre entrevistador e entrevistados, fazendo com que eles conversassem mais à vontade a partir do que era colocado pelas perguntas norteadoras, quanto por permitir que mais estudantes fossem ouvidos em menos tempo.

No entanto, a real dimensão de utilidade dos grupos focais é o seu papel interativo, permitindo a formação de consensos sobre determinado assunto ou de mostrar dissensos a partir das mútuas argumentações, ao contrário das entrevistas que costumam ocorrer de forma solitária. Desta forma, seu resultado é único e diferente do que o pesquisador possa obter numa interlocução com apenas uma pessoa. (MINAYO, 2016, p. 62).

Foram realizadas 3 entrevistas por meio de grupos focais envolvendo de 10 a 16 estudantes cada grupo sendo um em cada turno. A duração variou entre 15 e 25 minutos e aconteceram na própria Escola Estelita Timóteo no intervalo das provas ou em momentos de encaixe entre uma atividade e outra. Foram estudantes do 1º, 2º e 3º anos dos três turnos, tanto do sexo masculino quanto do feminino e em sua grande maioria abaixo dos 18 anos como detalharemos no capítulo 3.

1.4 Referencial teórico

O motor da economia de Toritama-PE gira em torno da confecção de jeans e decorrente disso, vários outros aspectos da vida social, cultural e política são

pautados ou sofrem influência desta atividade. No âmbito da escola em questão, conforme mostram as observações empíricas, esse contexto se traduz muito fortemente na tensão entre a necessidade de cumprir com os deveres escolares e dar conta, ao mesmo tempo, de trabalhar e gerar a própria renda.

Para efeitos de embasamento teórico houve de se considerar essa interferência do trabalho enquanto um elemento exterior, ou seja, de fora do horário e do espaço físico da escola, na vivência dos estudantes. Urge, então, a necessidade de enxergar a escola para além dos seus muros concretos e simbólicos como bem nos adianta Bourdieu (2019, p. 141):

A escola, sempre o esquecemos, não é simplesmente um lugar onde se aprendem coisas, saberes, técnicas, etc., é também uma instituição que atribui títulos, ou seja, direitos e, ao mesmo tempo, confere aspirações.

Nesse sentido, a partir de Freire (2005) ganhou força o debate sobre o conhecimento e as experiências de mundo que cada estudante possui e que são confrontados com os aprendizados escolares, amadurecendo a ideia de jovem enquanto pessoa capaz de construir conhecimento e não mais como um mero depositário deste.

No caso dos estudantes de Toritama-PE o traço da sua vivência que repercute com mais força no cotidiano escolar é, indiscutivelmente, o do trabalho. E não tinha como ser diferente.

Observa-se que a intensa atividade produtiva em Toritama se reproduz na forma como os moradores percebem a funcionalidade da cidade. Assim, é possível observar que a reprodução do espaço se articula com a reprodução do cotidiano, com o modo de vida (NEGREIROS, 2010, p. 58).

De início, observamos que as circunstâncias do trabalho na confecção exigem da escola uma reorganização e flexibilização dos horários, bem como de certas regras comuns, sob a pena de não assegurar ao estudante o acesso e permanência na mesma. Por exemplo, há uma tolerância maior no horário de chegada dos estudantes trabalhadores do turno da noite e o agendamento da semana de provas é sempre pensado de forma a não chocar, quando possível, com os dias de feira.

Para além desses desdobramentos práticos há também, e principalmente, a percepção de grande parte dos estudantes de que o peso que o trabalho exerce na trajetória escolar individual de cada um é inevitável. Observa-se, portanto, uma naturalização desse processo que em inúmeros aspectos leva à precarização do ensino e da aprendizagem e que, ao passo que se torna algo comum, do dia a dia,

acaba por se tornar uma realidade obscura que impede eles próprios de enxergar o caráter histórico dessa questão.

Com relação à escola, o trabalho se fez primeiro e de maneira precoce na história de vida desses jovens. Muito cedo a confecção tornou-se provedora de recursos ainda que a custa de um trabalho penoso por causa das jornadas prolongadas na base do ganho por produção. Neste ponto a escola torna-se um empecilho porque o tempo a ela dedicado significa a interrupção da jornada e a diminuição dos proventos. Muitas vezes a negação da importância da escola está ligada à essa compreensão distorcida que muitos estudantes construíram e de alguma forma reproduzem no seu dia a dia.

A escola na condição de um grupo social intermediário é o espaço onde novas relações vão ser construídas a partir de um acumulado de outras relações anteriores e exteriores à experiência escolar. Bourdieu e Passeron (1992) no livro *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, introduzem conceito de *habitus* e apontam que: “o *habitus* adquirido na família [está] no princípio da recepção e da assimilação da mensagem escolar [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 54). Em Toritama-PE, no caso dos estudantes inseridos na cadeia da confecção, é o trabalho que pauta as relações e exerce maior poder sobre as deliberações do cotidiano escolar, o que nos fez tomar tal conceito como referência para a compreensão desta forma peculiar de relacionar trabalho e escola.

Ainda que soe pretencioso, parece-nos tratar-se de um *habitus* no sentido bourdieusiano esse conjunto de fatores oriundos do trabalho na confecção que, sendo comum a estudantes dos diferentes turnos e séries, são por eles introjetados e passam a interferir na vida escolar. Tal interferência implica em consequências por um lado pessoais, por conta dos impactos no rendimento escolar ou até mesmo pelas rupturas nos casos em que há reprovação do estudante, por outro lado sociais, já que tais disposições estão circunscritas a uma determinada classe social. Daí nossa pesquisa caminhar considerando esse duplo efeito no sentido colocado por Jourdain (2017, p. 64):

[...] o *habitus* que a escola tende a inculcar é mais ou menos próximo do *habitus* que foi inculcado pela família no seio do ambiente social, isto é, do *habitus* de classe que se caracteriza pelos esquemas de percepção e de apreciação comum a uma classe social. Quanto maior o distanciamento entre esses dois tipos de *habitus*, menos importantes são as chances de sucesso escolar. Por consequência, os membros das classes populares, por antecipação e pelo fato de seu *habitus* de classe, tendem a se autoeliminar

do ensino médio ou superior por considerarem que os estudos não são feitos para eles.

Na escola várias são as repercussões práticas desse *habitus* que coloca o trabalho como o elemento central da vida cotidiana, embora seja perceptível, também, a preocupação de alguns estudantes em obter êxito numa carreira acadêmica/profissional independente das limitações impostas por ele. Aspectos que vão desde o problema do tempo que não permite a conciliação entre trabalhar e estudar, até o fato de a própria escola enquanto instituição reforçar essa relação tensa na medida em que não caminha no sentido de superá-la. Processo que, segundo Bourdieu e Passeron (1992) está ligado à própria função da escola numa sociedade estratificada.

Na realidade, devido ao fato de que elas correspondam aos interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força essas AP (ações pedagógicas) tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social: com efeito, as leis de mercado em que se forma o valor econômico ou simbólico, isto é, o valor enquanto capital cultural, dos capitais culturais reproduzidos pelas diferentes AP e, por esse meio, dos produtos dessas AP (indivíduos educados), constituem um dos mecanismos, mais ou menos determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 25).

Esse *habitus* que se estabelece enquanto “princípio não escolhido de todas as escolhas” (WACQUANT, 2017, p. 215) vai repercutir em maior ou menor grau, na reprodução dos papéis sociais (sobretudo familiares) dos jovens toritameses. Entretanto, considerando o quantitativo de estudantes/trabalhadores que afirmaram estar na confecção, mas ter objetivos para além dela, percebemos no decorrer da pesquisa um estímulo no sentido de romper com tal reprodução pela via da continuidade dos estudos. Ainda que as condições objetivas favoreçam a reprodução, há um grupo que se movimenta no sentido de romper com este ciclo, daí a nossa articulação com a perspectiva de Lahire (1995, p. 318) para quem:

[...] se definimos o *habitus* como um sistema homogêneo de disposições gerais, permanentes, sistemas transferíveis de uma situação à outra, de um domínio de práticas a outro, então cada vez menos agentes de nossas sociedades serão definíveis a partir de um tal conceito [...] Bourdieu pensava que seria sobre a base de um *habitus* familiar bastante coerente já constituído que as experiências ulteriores adquiriam sentido. Os esquemas de socialização são de fato muito mais heterogêneos e cada vez mais precoces.

Na sua sociologia Lahire (1995) ocupou-se de aprofundar os casos em que os indivíduos não reproduziam forçosamente o conjunto das disposições herdadas.

Ainda que Bourdieu (1992) considerasse o *habitus* como algo transponível, isto é, não se trata de “uma aptidão natural, mas social que é, por esta mesma razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, das distribuições de poder” (WACQUANT, 2017, p. 214), há análises que sustentam que o conceito teria permanecido, de certa forma, engessado ao longo da sua produção:

Mas, mesmo sob tal alerta a teoria do *habitus* continuou a ser tratada como um sistema (mais estático e homogêneo), ao invés de um patrimônio (mais dinâmico e heterogêneo), de disposições, por vezes negligenciador dos contextos da ação – que pode, inclusive, levar os atores à utilização de esquemas de ação julgados como não coerentes ou inadequados a uma situação vivida. (RODRIGUES, 2018, p. 39).

Lahire (1995) no livro *Sucesso Escolar nos Meios Populares – As razões do improvável*, discorre sobre as experiências escolares bem sucedidas por parte de crianças oriundas das classes trabalhadoras da França, apesar da baixa escolaridade dos pais. Sua perspectiva de escola, que pretendemos adotar aqui, foge a qualquer generalização priorizando os aspectos particulares do campo de estudo:

Se quisermos considerar a escola em seus aspectos mais singulares, será necessário estudar as relações que se estabelecem entre alunos singulares e professores com características relativamente singulares (homens ou mulheres, jovens ou velhos, crianças de classe alta, média ou das classes populares, seguidores de determinada pedagogia, etc.), em contextos pedagógicos sempre singulares (estilo pedagógico da escola, características da população escolarizada, modo de inserção da escola no tecido urbano, etc.). (SETTON, 2004, p. 321).

Por fim, o debate sobre como o trabalho na confecção, da forma como está estruturado na cidade, impõe uma série de limitações ao desenvolvimento escolar, traz à tona a discussão sobre o papel que esse jovem desempenha na sociedade de classe complexa e dividida que o cerca.

Ainda sob o aparato teórico de Bourdieu, compreendendo a classe social como “conjuntos de agentes situados em posições próximas no espaço social, que se distinguem de outras classes, situadas em posições relativas distintas” (CATANI [et.al], 2017, p. 119), e considerando o quão vasta é a produção sociológica ao longo do tempo sobre o conceito de classe social, uma contribuição interessante e adequada às disposições sociais aqui pesquisadas vem do sociólogo Jessé Souza.

Ao passo que transpõe a ideia de classe social enquanto uma demarcação puramente econômica ou proveniente do lugar de produção, Souza (2012; 2018) parte, além destas, de outras dimensões culturais e simbólicas que reinterpretam

essa teia de relações que cada agente social constrói ao longo da vida e que vai definindo e redefinindo seu local na sociedade de forma dinâmica.

Para além do elemento econômico clássico, a relevância da dimensão cultural e simbólica para a definição de “*classe*” evocada pelo autor é de fundamental importância para a compreensão do que ele elaborou como os “*batalhadores*”. Esse estrato social localizado entre a classe média tradicional e a fração mais vulnerável da sociedade chamada por ele mesmo de “*ralé*”, enquanto “classe vítima por excelência do abandono social e político...” (SOUZA, 2012, p. 50) parece-nos um conceito com o qual podemos dialogar para compreender a trajetória dessa juventude.

Situados no campo da classe trabalhadora, a visão de mundo e estilo de vida dos batalhadores é um reflexo do seu capital herdado e da realidade objetiva do seu trabalho. Nesse contexto, colocar a escola nesse debate torna-se desafiador porque ela não aparece como uma herança familiar forte, mas, está presente na vida destes estudantes ainda que, muitas vezes, secundarizada pela rotina da confecção. Por isso, o esforço individual canalizado por aqueles jovens que decidem prosseguir nos estudos em meio a tantos revezes é enorme, embora este seja um perfil que venha se afirmando cada vez mais nos últimos anos em Toritama-PE.

Mesmo consideradas as dificuldades de definir um perfil socioeconômico mais ou menos homogêneo desses jovens, o modo como Souza (2012) constrói o conceito de *batalhadores* destacando a forma como “adentraram o mercado de consumo por esforço próprio” (SOUZA, 2012, p. 20), caracterizados, também, pela atividade que desenvolvem na cidade, como uma “classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta” (SOUZA, 2012, p. 26), além da ênfase dada ao peso do capital familiar no processo de reprodução social desta mesma classe, são aspectos comuns à grande parte destes estudantes/trabalhadores.

Compreender como a escola está sendo determinante ou não nessas trajetórias é outro ponto instigante, já que os dados empíricos mostraram que estes estudantes/trabalhadores estão buscando aproveitar mais a etapa do ensino médio com vistas à continuidade nos estudos, seja por meio do esforço individual, seja por influência de políticas públicas de acesso à universidade. O fato é que é crescente o grupo de estudantes que começa a pensar o ensino superior como rota principal, o

que implica numa rediscussão do papel da escola nas suas vidas e das perspectivas no trabalho com o jeans, bem como dos mecanismos que permitam, na prática, alcançar esse objetivo.

Além desta introdução, a estrutura da dissertação é dividida em três capítulos e algumas considerações ao seu final. O capítulo 1 denominado *“Retrato Geral do Campo de Pesquisa – Aspectos Histórico-econômicos, Populacionais e Educacionais”*, vai trazer, como o próprio título já sugere, elementos da formação histórica e geográfica não só de Toritama-PE mas, do Agreste pernambucano como um todo, já que o trabalho na confecção que é um dos panos de fundo da pesquisa abrange uma vasta área do estado e até fora dele. Nesta parte também apresentamos a Escola Estelita Timóteo que foi nosso campo de investigação. O tema do capítulo 2 é *“Um Retrato Geral do Trabalho em Toritama”* e nele trazemos alguns dados recentes sobre a cadeia produtiva da confecção na cidade e focamos a discussão no traço da informalidade. Por fim, no capítulo 3 que tem por título *“Trajetória e Desafios dos Batalhadores do Jeans”*, buscamos fazer uma análise dos questionários aplicados e das entrevistas realizadas com os 60 jovens que participaram da pesquisa.

2 CAPÍTULO I: RETRATO GERAL DO CAMPO DE PESQUISA – ASPECTOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS, POPULACIONAIS E EDUCACIONAIS.

2.1 O Agreste: ocupação e vocação econômica.

Recebe o nome de Agreste a longa faixa de terra que abrange seis estados nordestinos situada entre a porção litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia e o imenso Sertão que incide na maior parte do Nordeste. O que a coloca numa condição de faixa de transição entre a Zona da Mata de clima úmido e o semiárido sertanejo marcado pela irregularidade das chuvas. Daí a diversidade de suas paisagens influenciada, também, pela sua extensão latitudinal e pelo processo peculiar de ocupação e exploração econômica.

Diferente da monocultura de exportação que predominou na Zona da Mata, no Agreste a utilização do solo deu lugar à produção de gêneros variados.

“Os sistemas de uso da terra diferem totalmente do existente na região úmida oriental. Em vez de um tipo único com variações locais, o que encontramos agora são tipos vários bastante individualizados” (MELO, 1962, p. 520).

Em pouco tempo a sub-região tornou-se a principal fornecedora de gêneros alimentícios do litoral. Estavam entre produtos fornecidos além dos derivados da pecuária, café, agave, mandioca, algodão e outras culturas favorecidas pelas condições de clima e solo.

Como se vê, temos no agreste um conjunto de combinações agrícolas a formarem variado mosaico de tipos de uso da terra, caracterizados todos eles por um traço constante, o regime de policultura. A indagação preliminar é no sentido de conhecerem-se os fatores responsáveis pela existência de utilização do solo tão diferentes da encontrada na região canavieira. O clima é o principal. (MELO, 1962, p. 520-521).

A policultura e a criação de gado são as atividades que, de início, vão acompanhar o processo de ocupação tardia do Agreste também na área correspondente a Pernambuco, já que “costumavam os senhores-de-engenho destinar à criação propriamente dita, áreas distanciadas tanto dos canaviais como de Olinda e de Recife, que eram o grande empório açucareiro” (ANDRADE, 1967, p. 143).

Considerar a terra enquanto um elemento de disputa é fundamental para compreender o povoamento do Agreste como um todo, em especial o pernambucano. Tanto pela influência da guerra holandesa quanto pelo processo de desterritorialização ao qual foram submetidos os indígenas para poder dar espaço às fazendas. Assim:

A luta contra os índios cariris revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e lhes escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado. (ANDRADE, 1967, p. 146).

Posteriormente, as condições climáticas do Agreste associadas a alguns fatores político-econômicos como a Revolução Industrial e a abertura dos portos em 1808 permitiram, ainda no século XVIII mas, com mais força no século XIX, o desenvolvimento da cultura do algodão. O chamado “*ouro branco*” foi “um dos principais produtos nordestinos e o único a enfrentar a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços” (ANDRADE, 1967, p. 150), e foi determinante para a integração da sub-região ao Nordeste.

Na faixa que corresponde ao território de Pernambuco a ocupação segue essa mesma lógica da relação entre o Agreste da policultura e a Zona da Mata da agroexportação. Some-se a isso algumas particularidades que envolvem a extensão longitudinal do estado e acontecimentos políticos que marcaram sua história desenhando, assim, suas paisagens e estabelecendo ao longo do tempo os critérios de regionalização que hoje são utilizados pelo IBGE:

Em consequência da configuração espacial que apresenta e do processo de povoamento que ocorreu, o espaço pernambucano oferece, do litoral para o interior, uma sucessão de paisagens diferentes, marcadas por uma intensa diversificação de formas de uso do solo. Assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou no espaço pernambucano, em 1989, a existência de cinco mesorregiões e 19 microrregiões geográficas. (ANDRADE, 2003, p. 12).

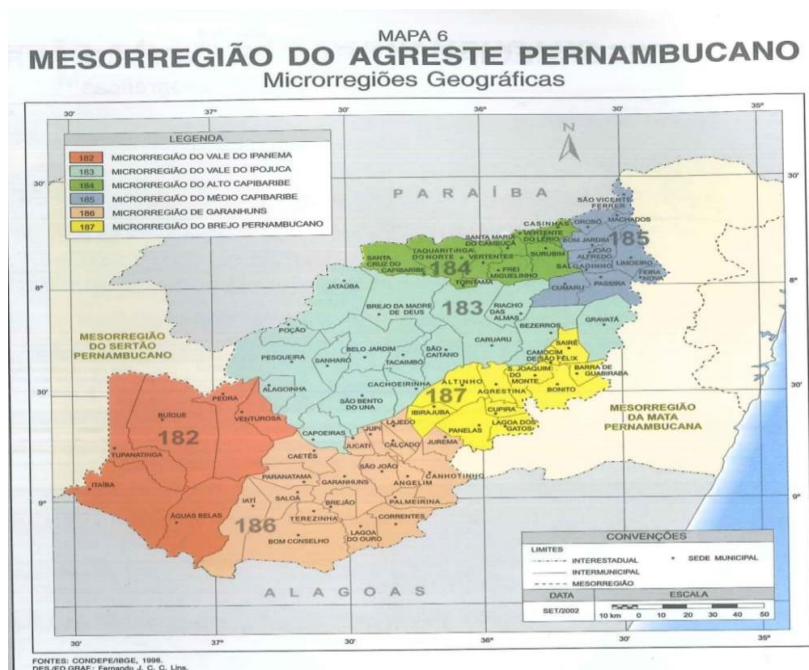
Figura 1 - Mesorregiões de Pernambuco



Fonte: Andrade (2003).

Por sua vez, o Agreste pernambucano é subdividido em outras seis microrregiões⁴ tendo como principais centros urbanos Caruaru, Taquaritinga do Norte, Bonito, Garanhuns, Gravatá, Limoeiro, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe e outros. (ANDRADE, 2003).

Figura 2 - Mapa das microrregiões do Agreste



Fonte: Andrade (2003).

Apesar de serem próximas as três cidades de destaque na produção de roupas fazem parte de microrregiões diferentes. Caruaru-PE na Microrregião do Vale do Ipojuca e Toritama-PE e Santa Cruz do Capibaribe-PE na Microrregião do Alto Capibaribe já na fronteira com a Paraíba, o que justifica a absorção da confecção por parte de alguns municípios do estado vizinho.

2.2 Toritama: economia, sociedade e população.

O ano de 1953 foi marcado por um redesenho nos limites municipais do estado. Segundo Andrade (2003), na microrregião do Alto Capibaribe o então distrito de Torres-PE pertencente a Taquaritinga-PE adquiriu sua emancipação passando a chamar-se Toritama-PE, nome este que faz referência às torres de pedra existentes às margens do rio Capibaribe, segundo a versão mais aceita para a origem do topônimo.

⁴ O Agreste pernambucano é dividido da seguinte forma: Microrregião do Vale do Ipanema, Microrregião do Vale do Ipojuca, Microrregião do Alto Capibaribe, Microrregião do Médio Capibaribe, Microrregião de Garanhuns e Microrregião do Brejo Pernambucano. (ANDRADE, 2003)

Figura 3 - A chamada Pedra da Torre



Foto Mateus Laércio.

Toritama-PE é um município pernambucano localizado na mesorregião do Agreste, na porção do Alto Capibaribe, distante cerca de 170 quilômetros da capital, Recife-PE. Com um solo pouco produtivo e um rio temporário (nessa região o Rio Capibaribe não é perene), a agricultura e a pecuária nunca chegaram a ser atividades fortes na região. Registros da década de 1950 dão conta de algumas plantações de café e mandioca que se somavam ao comércio e predominavam na economia da cidade (MACIEL, 1958), pelo menos até o momento em que a produção de calçados passa a ter destaque.

O professor Araújo (2007, p. 63) relata que, mesmo antes da emancipação “a grande fonte de renda do povo de Torres era calçados”. Segundo ele (2007), a matéria-prima era fornecida por um curtume de Santa Cruz do Capibaribe-PE e a produção crescia em volume e variedade pois, muitas *tendas*⁵ se especializavam na fabricação de modelos bem requisitados para a época e cita como exemplos a alpargata xô boi, o chinelo de cruz e a pixilinga.

A atividade calçadista marcou ainda as duas primeiras décadas de Toritama-PE após a emancipação, enfraquecendo nos anos posteriores em função da concorrência com as grandes indústrias de calçado. Segundo alguns moradores mais antigos os “*sapatos de fora*” recém-chegados logo ganharam a preferência da população acelerando o declínio da produção local.

⁵ Segundo Araújo (2007), atribuíam-se o termo “tendas” às oficinas que fabricavam calçados.

À época já se desenvolvia em Santa Cruz do Capibaribe-PE e, posteriormente em Caruaru-PE, a produção de roupas de baixo custo que tinham como matéria-prima retalhos trazidos de São Paulo-SP e que ficaram conhecidas como *sulanca*, inicialmente um termo utilizado de forma muito pejorativa por se tratar de roupas simples e sem etiqueta, “as peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal atrativo os preços baixos” (OLIVEIRA, 2013, p. 238).

Ao passo que resgatava a economia da cidade, a *sulanca* também possibilitava à população de baixa renda consumir aquelas peças ainda com um pesado traço de distinção social, já que “vestir uma roupa com este pano era uma prova de grande pobreza” (ARAÚJO, 2007, p. 330).

Assim, o final dos anos 1970 e o início da década de 1980 marcaram o declínio do calçado em Toritama concomitante ao surgimento da confecção. Nesse ínterim foi importante tanto a vocação e conhecimento fabril, como a experiência com a produção calçadista em boa parte aproveitada na nova especialidade que surgia.

A mudança do ramo de calçados para o ramo de confecções de roupas jeans ocorreu a partir do fim da década de 70 e por toda a década de 80. Para a montagem dos fabricos de roupas jeans, os fabricantes contavam com experiência, pois a maioria dos fabricantes eram pessoas ligadas direta ou indiretamente ao ramo de calçados, portanto, possuindo experiência no ramo de atividades industriais (SILVA, 1994, p. 20).

Mesmo com essa carga depreciativa foi a atividade da *sulanca* que deu início à recuperação econômica da cidade, nesse ponto ajudada até mesmo pela localização geográfica, isto é, por estar na rota entre Santa Cruz do Capibaribe-PE e Caruaru-PE, duas cidades onde o aparecimento das chamadas feiras da Sulanca se deu primeiro.

A partir do surgimento dessas feiras essa confecção passou a atrair compradores de outros estados e regiões e, conseqüentemente, empregar cada vez mais pessoas nas três cidades que viriam a formar o Polo de Confecções do Agreste. Ainda assim, a Sulanca, enquanto produção industrial importante desse polo, não desempenha o mesmo papel na economia de cada um dos três municípios. A economia pouco diversificada e o cenário marcado pela crise do calçado fizeram com que a população de Toritama-PE se tornasse mais dependente

da atividade *sulanqueira* do que Santa Cruz do Capibaribe-PE e Caruaru-PE, esta última com a economia bem mais dinamizada com relação às outras.

Essa característica gerou um fator positivo, pois, a qualificação da produção ocorrida nos últimos anos e o preço acessível acabou projetando Toritama-PE nacionalmente como a “*Capital do Jeans*”. Por outro lado, numa perspectiva mais negativa, a cidade cresceu com uma maior dependência dessa indústria que atualmente encontra forte concorrência tanto no Brasil quanto no exterior, fator este que, associado às tensões entre a fiscalização e a persistente informalidade, retrata um pouco do funcionamento peculiar desta cadeia em Toritama-PE e nas outras cidades do Polo de Confeccções do Agreste⁶:

O crescimento nos volumes de produção e comercialização, sua projeção regional e nacional, a entrada em cena de grandes atacadistas, uma cada vez maior exposição à concorrência frente a outras regiões produtoras (inclusive de base internacional, como a China), uma maior presença do Estado (com ações de fiscalização, de orientação, de institucionalização, de investimento em infraestrutura e serviços), entre outros fatores, vêm concorrendo para alterar sua configuração, inclusive no que se refere à dinâmica formal informal. Isso, não necessariamente no sentido do simples avanço de um termo em detrimento do outro, mas sobretudo no de estabelecer novos processos envolvendo essa dualidade de situações, algo que podemos tratar como novas formas e dinâmicas de informalização-formalização. (OLIVEIRA, 2013, p. 233-234).

Figura 4 - Propagandas de grandes lojas localizadas às margens da BR-104



Foto: Mateus Laércio.

⁶ É o nome que se dá ao aglomerado industrial do Agreste pernambucano voltado para a atividade da confecção. Segundo Oliveira (2013), essa denominação passou a ser utilizada no começo dos anos 2000 por iniciativa do SEBRAE e do SINDIVEST (Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco) visando a modernização das atividades ali desenvolvidas. Caruaru-PE, Santa Cruz do Capibaribe-PE e Toritama-PE são consideradas as principais cidades do Polo, embora sua influência chegue a outras cidades do interior de Pernambuco e da Paraíba.

O fato é que a confecção de roupas nas diversas fases da sua produção (corte, costura, lavagem e acabamento), juntamente com outras atividades ligadas a ela (comércio de aviamentos, transporte alternativo, trabalhadores informais responsáveis pela montagem e desmontagem de barracas, entre outras), além do próprio comércio e escoamento da roupa produzida passou a ocupar a maior parte não só da população economicamente ativa de Toritama-PE, mas também de grupos não enquadrados nesse conceito a exemplo de muitas crianças menores de 10 anos inseridas nessa cadeia de modo precário e ilegal.

A informalidade foi a característica mais marcante da Sulanca não só no seu surgimento, mas também na época da prosperidade, ocorrida a partir da década de 1990. Foi um ramo que se desenvolveu à margem do controle fiscal do Estado. O que pode justificar o alto índice de população flutuante na *Capital do Jeans* refletido, por exemplo, no grande número de admissões e transferências de estudantes do Ensino Médio no decorrer do ano letivo. A cadeia produtiva da confecção coloca as cidades do Polo com um índice de informalidade maior quando comparadas a outras regiões do país.

Um outro indicador que denuncia o quadro socialmente precário que prevalece na região, mesmo com todo o desempenho econômico propiciado nas últimas décadas pelas atividades de confecções, diz respeito aos graus de informalidade observados para a Mesorregião do Agreste e para os três principais municípios do Polo, quando contrastados com as situações de outros níveis territoriais. [...] Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru apresentaram patamares de informalidade bem superiores aos verificados para os demais níveis territoriais, Brasil, Nordeste e Pernambuco (OLIVEIRA; SANTANA, 2013, p.257).

O aquecimento do setor e a consequente movimentação de todas as atividades dependentes dele serviu como pano de fundo para a difusão da ideia de Toritama-PE enquanto cidade do emprego pleno (algo inclusive divulgado por jornais e revistas de grande circulação⁷). É certo que, por muito tempo, dificilmente uma pessoa que estivesse apta ao trabalho ficaria fora do mercado em Toritama-PE. A questão essencial na qual nem a população local nem a flutuante discutia era a qualidade desses empregos. A intensa informalidade suplantava o suporte de direitos trabalhistas e revelava, de forma cada vez mais clara, a distorção entre emprego pleno e baixa qualidade de vida.

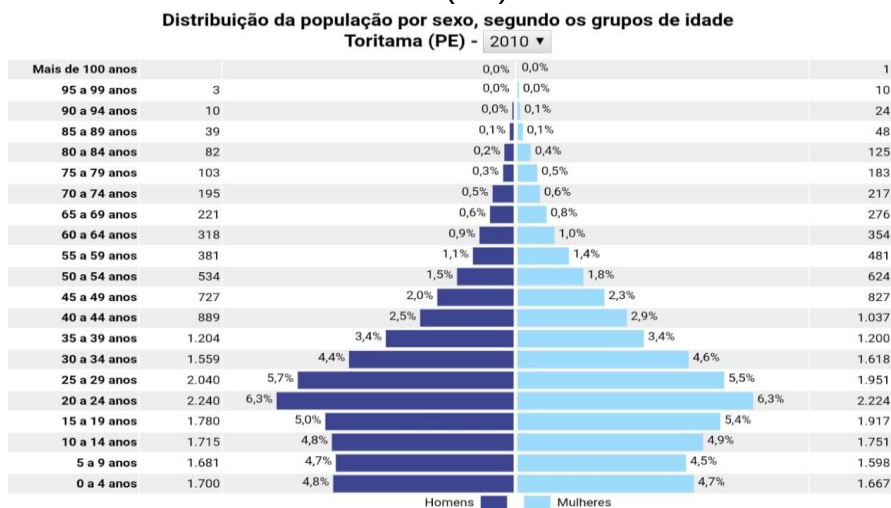
⁷ A título de exemplo, a reportagem do Estadão Na Capital do Jeans, desemprego zero, de 12 de dezembro de 2010, disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,na-capital-do-jeans-desemprego-zero-imp-,652693>. Acesso em 28/03/2020. Dentre outras.

É, portanto, em meio a esta configuração que há em Toritama um acelerado processo de crescimento econômico, fazendo com que este município tenha apresentado um dos melhores desempenhos entre os municípios do Agreste pernambucano. Embora este crescimento não esteja sendo traduzido em um desenvolvimento sustentável por inúmeros fatores, entre os quais podemos relacionar o não pagamento dos tributos, a informalidade, além de acrescentar o descaso ambiental, característico de um crescimento desordenado, configurando-se, portanto, em um abandono tanto de investimentos econômicos quanto de infraestrutura básica, por parte do poder político local (HELENO, 2013, p. 157).

Os dados oficiais dão conta de que a população de Toritama contava 35.554 nos dados do censo 2010, com estimativa para 45.129 em 2019, segundo o IBGE (2020), o que a coloca numa posição mediana entre os 185 municípios do estado no quesito população absoluta, ou seja, não está entre os dez mais populosos, por exemplo, mas também, não circula entre aqueles considerados predominantemente rurais, conforme IBGE (2017). Na sua população relativa, ao passo que é considerado os seus 25.704 Km² de extensão territorial, a densidade demográfica da cidade é, literalmente, alçada ao patamar de 1.383,21 hab/km², índice comparável ao de alguns países mais povoados do mundo.

Com relação à sua composição a população toritamense não destoa do padrão nacional fazendo com que o desenho da sua pirâmide etária se aproxime dos modelos das pirâmides de Pernambuco e do Brasil. Em linhas gerais, uma pirâmide predominantemente adulta porém, transitória se considerado o envelhecimento da população brasileira nos últimos anos, além da redução nas taxas de natalidade. Observa-se, ainda, assim como ocorre nos gráficos do estado e do país, um quantitativo de mulheres ligeiramente maior que o de homens.

Gráfico 1 - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Toritama (PE) - 2010

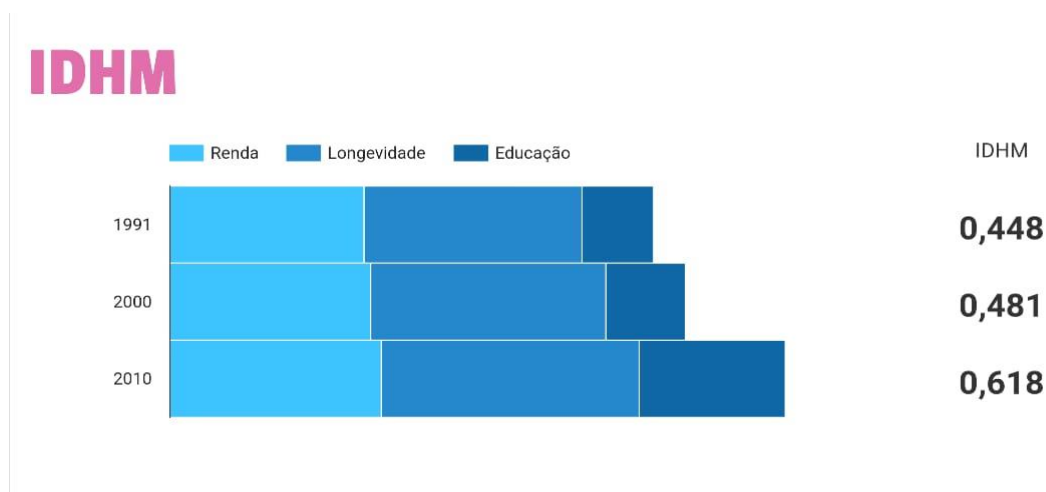


Fonte: IBGE/Censo (2010).

Ao passo que se tornou pujante no interior de Pernambuco, a economia de Toritama-PE também revelou contradições que são próprias de um país em desenvolvimento. É o caso da precariedade das condições de trabalho, concentração de renda, supressão de direitos trabalhistas, entre outros. Esse progresso econômico que se estabeleceu em descompasso com o bem-estar do conjunto da população tornou caro o debate sobre o desenvolvimento humano e a qualidade de vida dos toritamenses.

Na classificação do Índice de desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M do IBGE (2010), a cidade de Toritama-PE alcança o patamar de 0,618 que é considerado médio segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁸ (2013).

Gráfico 2 - Evolução do IDH-M de Toritama-PE segundo os últimos três censos



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2010)

Como se percebe, na composição geral do índice a participação da *Educação* sempre ficou abaixo do quesito *Renda* e da *Longevidade* que está diretamente ligada à qualidade da saúde da população. O quadro abaixo detalha a evolução desses dados ao longo dos recenseamentos de 1991 e 2000:

⁸ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em 10/03/2020.

Tabela 1 - Índice de desenvolvimento humano municipal e seus componentes -
Município – Toritama-PE

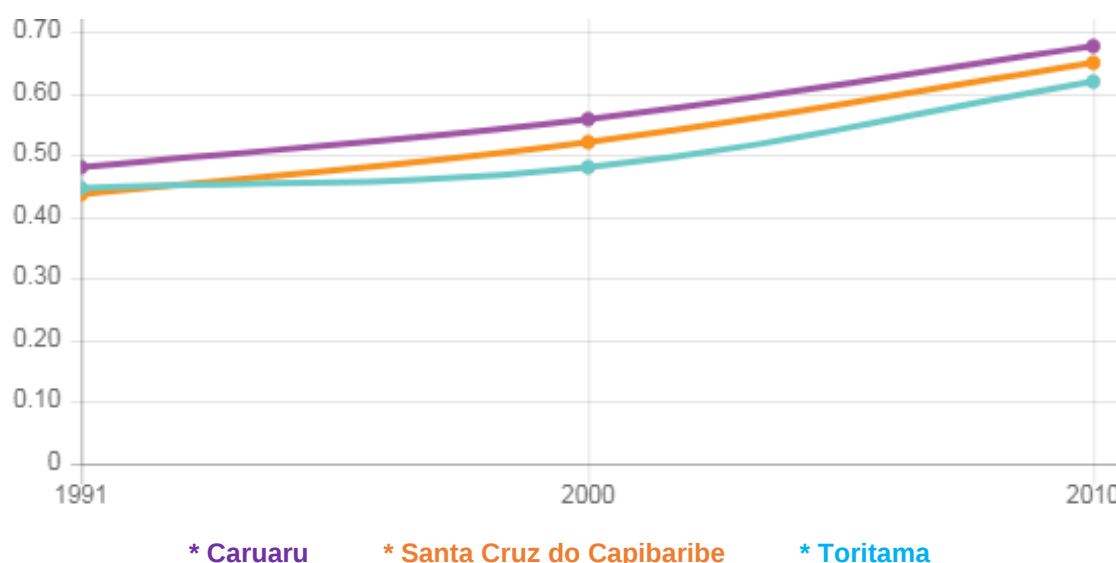
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Toritama - PE		
IDHM e componentes	1991	2000
IDHM Educação	0,222	0,245
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	13,87	15,55
% de 5 a 6 anos na escola	54,97	70,85
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	31,38	31,43
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	17,22	14,09
% de 18 a 20 anos com médio completo	9,02	6,43
IDHM Longevidade	0,675	0,728
Esperança de vida ao nascer	65,51	68,66
IDHM Renda	0,602	0,623
Renda per capita	339,33	386,28

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2000)

Se comparado às outras duas cidades de destaque do Polo de Confeções do Agreste ainda é o menor IDH-M já que os índices de Caruaru-PE e Santa Cruz do Capibaribe-PE são de 0,677 e 0,648, respectivamente. Embora tenha sido o IDH-M de Toritama-PE o que mais cresceu no decênio 2000-2010, avançando 0,137 pontos no comparativo com Caruaru-PE que progrediu 0,119 e Santa Cruz do Capibaribe-PE que melhorou esse indicador em 0,128 pontos. (IBGE, 2010)

Gráfico 3 - Evolução comparativa dos IDH-Ms das três principais cidades do polo de confeções do Agreste



Fonte: IBGE (2010)

Os dados específicos do Ensino Médio, mesmo sendo do Censo 2010, revelam uma defasagem preocupante em Toritama-PE, menos de 2 em cada 10 jovens entre 18 e 20 anos concluíram esta etapa da educação. No comparativo das três cidades, como mostra o quadro 01, a *Capital do Jeans* ainda permanece na situação mais crítica.

Quadro 1 - Proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo nas três principais cidades do polo de confecções do Agreste

Cidade	Proporção
Toritama-PE	19,75%
Santa Cruz do Capibaribe-PE	22,67%
Caruaru-PE	36,19%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010)

O PIB *per capita* de Toritama-PE é um reflexo do ritmo de sua atividade econômica que é, literalmente, içada pela produção de jeans que corresponde a 16% do total nacional, percentual que coloca o município como o maior produtor do Nordeste e o segundo maior do Brasil. (ESTEVEZ, 2019)

O indicador que, em dados de 2017 está na casa dos R\$ 14.131,28, conforme IBGE Cidades⁹ (2017), é o mais alto da microrregião do Alto Capibaribe se destacando, também, no estado onde ocupa a 27ª posição entre os 185 municípios de Pernambuco.

Quadro 2 - PIB per capita dos municípios do Alto Capibaribe – 2017

Colocação	Município	PIB per capita (R\$)
1º	Toritama-PE	14.131,28
2º	Santa Cruz do Capibaribe-PE	13.505,89
3º	Surubim-PE	11.989,36
4º	Taquaritinga do Norte-PE	9.342,40
5º	Vertente do Lério-PE	8.778,87
6º	Vertentes-PE	7.513,26
7º	Santa Maria do Cambucá-PE	7.258,79
8º	Frei Miguelinho-PE	7.097,59

⁹ Portal IBGE Cidades Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>. Acesso em 11 mar. 2020.

9º	Casinhas-PE	6.320,88
----	-------------	-----------------

Fonte: IBGE (2017)

Esse mesmo entusiasmo não se repete quando o indicador é salário médio dos trabalhadores. Nesse quesito, conforme o IBGE Cidades (2018), Toritama-PE possui uma média de 1,4 salário mínimo mensal¹⁰ (dados de 2017), o que a coloca nas últimas posições tanto no estado (172ª) quanto na sua microrregião onde ocupa o 8º lugar, o que corresponde à penúltima posição. Uma possível explicação para essa disparidade pode estar na metodologia utilizada pelo IBGE que mensura somente os trabalhadores devidamente formalizados e a cadeia produtiva do jeans em Toritama-PE ainda têm a informalidade como uma característica predominante.

Quadro 3 - Salário médio dos municípios do Alto Capibaribe – 2017

Colocação	Município	Salário Médio (salários mínimos)
1º	Santa Maria do Cambucá-PE	1,8
2º	Surubim-PE	1,6
	Frei Miguelinho-PE	1,6
	Casinhas-PE	1,6
5º	Santa Cruz do Capibaribe-PE	1,5
	Vertentes-PE	1,5
	Vertente do Lério-PE	1,5
8º	Toritama-PE	1,4
	Taquaritinga do Norte-PE	1,4

Fonte: IBGE (2018)

2.3 Escola Estelita Timóteo: os desafios da escola pública.

Qualquer análise situacional da educação pública de Toritama, ainda que tomada de maneira breve, vai repercutir, em maior ou menor grau, os problemas estruturais típicos da realidade brasileira como um todo. A saber, falta de materiais e condições de trabalho nas escolas, a não participação de pais e mães na trajetória escolar dos filhos, altas taxas de abandono escolar ou mesmo a evasão, repetência,

¹⁰ O salário mínimo mensal em 2017 foi de R\$ 937,00; o que dá em Toritama uma renda de R\$ 1.311,80 (937 X 1,4). Portal IBGE Cidades Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>. Acesso em 11 mar. 2020.

baixa remuneração de professores, indisciplina e violência na escola, entre tantos outros que se perpetuam apesar de alguns esforços pontuais do poder público.

Para além dessas intempéries que parecem já fazer parte de uma regra geral, o Ensino Médio acabou por se tornar um ponto de tensão na cidade justamente pela baixa oferta de vagas ao longo dos anos. Para se ter uma ideia, em 1991, duas escolas públicas ofereciam essa etapa de ensino para uma Toritama-PE com 14.907 habitantes¹¹. Atualmente, apenas as mesmas duas escolas continuam oferecendo o Ensino Médio para uma população estimada em mais de 45 mil habitantes (são elas a Escola Protázio Soares de Souza fundada em 1966 e a Escola Estelita Timóteo, campo de estudo da presente pesquisa, fundada em 1982). Decorrente dessa distorção tem-se a superlotação de salas e o consequente comprometimento do aprendizado, além da repulsão de muitos estudantes que buscam cumprir essa etapa em outros municípios até menores que Toritama.

Segundo o Censo Escolar (2018), três escolas particulares, além das duas públicas ofertavam o ensino médio em Toritama-PE. Desse total de cinco escolas, ainda segundo esta fonte, as instituições públicas absorvem 1280 dos 1393 estudantes inseridos nesta etapa. Em termos percentuais, significa que 92% dos jovens toritamenses dependem da escola pública para alcançar:

[...] a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental...”; “a preparação básica para o trabalho e a cidadania...”; “o aprimoramento [...] como pessoa humana” e “a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos[...]. (CARNEIRO, 2015, p. 420)

Como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 35 que trata dos objetivos do ensino Médio.

Este percentual elevado só ressalta a importância da escola pública enquanto mecanismo de acesso aos direitos adquiridos ao longo das lutas e à participação política consciente por parte dos grandes contingentes da população. Qualquer transformação social de relevância deve considerar a escola pública como instrumento, dada a sua abrangência e inserção no espaço de muitas comunidades afastadas e socialmente esquecidas. Daí a sua necessidade de se adequar a determinadas realidades locais se consideradas as extensões continentais do Brasil.

¹¹ Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,31%. Na UF, esta taxa foi de 1,18%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 92,25% para 92,33%. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/toritama_pe. Acesso em: 12 mar. 2020.

No caso dos estudantes/trabalhadores da confecção, o que se tem é uma atividade (até certo ponto) rentável que se desenvolveu independente de qualquer formação escolar. Daí, a oposição que historicamente se construiu entre escola e mundo do trabalho. Nas condições básicas de sobrevivência, bastava o trabalho. Mas nos parece que a melhoria do mercado de trabalho e das condições de reprodução social para além do nível de sobrevivência implicou, nos últimos anos, um reposicionamento da posição do estudo para os trabalhadores-estudantes da confecção de Toritama. Nesse novo contexto, o trabalho precoce e precário passa a ser um obstáculo ao desenvolvimento pleno do jovem, principalmente daqueles que pretendem rumar ao ensino superior, em função do papel secundarizado da própria escola. Sobre esse ponto de tensão, Carneiro (2015, p. 424) afirma:

Convém destacar que o Ensino Médio tem, entre suas finalidades, a consolidação e o aprofundamento do que foi aprendido no Ensino Fundamental, é razoável concluir que a Escola de Ensino Médio deve ter como traço marcante a característica de ser uma escola para jovens, ou seja, uma escola que seja ativa na sua concepção psicopedagógica, aberta na sua concepção arquitetônica e contemporânea no seu currículo, de tal sorte que responda, adequadamente, às necessidades bio-sócio-afetivas, culturais e profissionais desta população e que use as novas tecnologias de comunicação e informação no processo de ensino-aprendizagem (multimídia). Mas, por outro lado, se esta escola deve oferecer condições para a preparação básica para o trabalho, deve também preocupar-se com o trabalhador-estudante, assim que lhe seja oferecido acesso a conteúdos contextualizados, assegurando-se relações concretas e consequentes entre conhecimento e contexto. O fundamental é o estímulo ao protagonismo do aluno, de tal sorte que ele vá ganhando autonomia intelectual e capacidade laboral.

No caso desses jovens a questão a ser problematizada é: como conceber um Ensino Médio enquanto preparação para o trabalho numa realidade onde o próprio trabalho se antecipa ao estudo impondo a este último uma série de limitações físicas, psicológicas e de tempo?

Talvez o principal debate acerca da educação pública no Brasil hoje seja sobre sua qualidade. Inclusive, por ser uma questão central para o desenvolvimento do país e se arrastar há décadas entre avanços significativos e retrocessos de igual proporção, deveria ser colocado como ponto de reflexão primário na agenda da classe política e da sociedade civil como um todo. Das iniciativas mais recentes, prevalecem na atualidade algumas políticas de monitoramento dessa qualidade em âmbitos local e nacional, com base em prescrições quantitativas que, na prática, vão resultar na elaboração de índices e no estabelecimento de metas.

Nessa direção, a partir do ano de 2007 todas as redes municipais, estaduais e federais de ensino básico, públicas ou privadas, são avaliadas com base no Índice

de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Para o cálculo deste indicador que afere o desempenho de todas as escolas do país são considerados, primeiro o fluxo escolar que avalia se o estudante progrediu ou não ao final do ano letivo e, segundo, a média das avaliações tanto internas (elaboradas pelos professores regentes de acordo com suas metodologias próprias e conteúdos vivenciados) quanto externas, neste caso, a prova do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira - SAEB¹².

Com um quadro que varia de 0 a 10, o IDEB¹³ estabelece como meta para todas as escolas do Brasil o atingimento da nota 6 em 2022, um horizonte que tem como referência a educação dos países mais desenvolvidos do globo. Para tanto, o INEP (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ressalta que as variáveis do IDEB:

[...] são desejáveis por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do País. Sua importância, em termos de diagnóstico e norteamiento de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional, está em: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino. (BRASIL, 2017, p. 02).

Nesse contexto, a partir do momento em que a qualidade da educação passou a ser mensurada em números racionalizados, escancarou-se o abismo que se perpetua há décadas entre as escolas públicas e privadas do Brasil. Embora segundo a Constituição Federal (1988) artigo 206, inciso III e a LDB (1996) artigo 3, Inciso V a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino não signifique a ocorrência de dois modelos educacionais como reforça Carneiro (2015, p. 66) “sob o ponto de vista estritamente legal [...] não há como se ver aqui qualquer tipo de confrontação entre interesse público e privado”, o que o IDEB demonstra tanto nos indicadores alcançados quanto nas metas é o contrário.

A título de exemplificação, os dados de 2017 mostram que as escolas públicas do Brasil atingiram 3.5 para uma meta de 4.4 no IDEB do ensino médio.

¹² O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 17/03/2020.

¹³ O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>. Acesso em: 17/03/2020.

Enquanto que, no mesmo ano as escolas particulares alcançaram o patamar de 5.8 para uma meta de 6.7. O indicador de fluxo também evidencia a defasagem do público que só consegue aprovar 82% dos seus estudantes enquanto que na esfera privada esse número sobe para 93%. (QEDU/IDEB/INEP, 2017)

As turmas de ensino médio da Escola Estelita Timóteo não foram avaliadas até o ano de 2015 pelo fato de não terem atendido aos requisitos da prova do SAEB. Por isso, até o momento o único parâmetro é o divulgado em 2017, onde a escola obteve o IDEB de 3.1 pontos estando abaixo, portanto, da média em Pernambuco (4.0 pontos) e no Brasil (3.5 pontos). (QEDU/IDEB/INEP, 2017)

Um destaque negativo no caso da referida escola fica a cargo do indicador de fluxo escolar que corresponde ao percentual de estudantes promovidos à série seguinte ao final do ano letivo. Na Escola Estelita Timóteo esse número é de 0.80, (ou seja, 80 aprovados e 20 reprovados para cada cem estudantes), enquanto que a média nacional é de 0.82, (ou seja, 82 aprovados e 18 reprovados para cada cem estudantes) e a média estadual é de 0.93, (ou seja, 93 aprovados e 7 reprovações para cada cem estudantes). (BRASIL, 2017)

Quadro 4 - IDEB da EET em comparação com Pernambuco e Brasil¹⁴

	E.E.T	Pernambuco	Brasil
IDEB	3.1	4.0	3.5
Meta	4.0	4.0	4.4
Fluxo	0.80	0.93	0.82

Fonte: Censo Escolar (2017).

Convém ressaltar que por mais abrangentes que sejam os dados coletados, resumir numa única nota todo universo de fatores que interferem no que se entende por qualidade da educação é algo arriscado, que merece constante vigilância e contextualização se o objetivo for preservar a coerência com a realidade dos fatos. Independente disso, é a partir desses números que surgem as iniciativas de intervenção por parte do poder público.

No caso de Pernambuco, a Escola Estelita Timóteo e outras escolas com IDEB abaixo da meta são incluídas num grupo das chamadas *escolas prioritárias*. A partir daí, a ideia é que as ações de assistência estrutural e assessoria pedagógica

¹⁴ Considerando só os dados do ensino médio da rede pública.

sejam intensificadas com monitoramento constante por parte da Gerência Regional de Educação, com o objetivo de alavancar o índice para níveis mais aceitáveis nas avaliações futuras.

Fundada em 1982, a Escola Estelita Timóteo atende exclusivamente a estudantes da etapa do Ensino Médio, embora até há pouco tempo o ensino fundamental na fase dos anos finais também era ofertado. Com mais de 800 matriculados, é considerada uma escola de porte médio¹⁵ e tem localização privilegiada no centro da cidade, numa das ruas onde, semanalmente, aos sábados, ocorre a feira livre que abastece de alimentos e outros gêneros a população toritamense.

Figura 5 - Escola Estelita Timóteo, Toritama/PE



Foto: Mateus Laércio

A questão da estrutura física é um dos fatores de maior impacto no processo de ensino-aprendizagem. A existência ou não de espaços adequados e condições

¹⁵ De acordo com a lei 12.242 de 28 de junho de 2002, parágrafo único: O porte da escola ou centro referido no *caput* deste artigo, é definido a partir do número de alunos, nos seguintes termos: (Acrescido pelo art. 1º da Lei nº 12.944, de 16 de dezembro de 2005.)

a) pequeno porte: até 800 (oitocentos) alunos; (Acrescida pelo art. 1º da Lei nº 12.944, de 16 de dezembro de 2005.);

b) médio porte: de 801 (oitocentos e um) alunos a 1.600 (um mil e seiscentos) alunos; (Acrescida pelo art. 1º da Lei nº 12.944, de 16 de dezembro de 2005.);

c) grande porte: acima de 1.600 (um mil e seiscentos) alunos. (Acrescida pelo art. 1º da Lei nº 12.944, de 16 de dezembro de 2005.). Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12944&complemento=0&ano=2005&tipo=&url=>. Acesso em: 31/03/2020.

favoráveis de trabalho docente repercute de forma direta e imediata no desenvolvimento dos estudantes.

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos. (SATYRO; SOARES, 2007, p. 7).

Com sete salas de aula e 21 turmas, ou seja, sete turmas em cada um dos três turnos de funcionamento (ver quadro 5 adiante), segundo o seu Projeto Político-Pedagógico - PPP, a Escola Estelita Timóteo enfrentou ao longo dos anos dificuldades estruturais no que se refere a ausência de espaços essenciais numa escola como laboratórios, quadra poliesportiva, anfiteatro, áreas verdes e de convivência e outros que possibilitam atividades extraclasse.

A edificação antiga e a falta de espaço para ampliação também ajudam a explicar esse problema. No entanto, é importante destacar que o fato de o prédio pertencer à Prefeitura Municipal de Toritama-PE e ser locado pelo Governo do Estado de Pernambuco para abrigar, evidentemente, os estudantes da rede estadual, gerou uma espécie de desobrigação por parte dos dois entes federativos com a adaptação da estrutura física da escola às necessidades do presente.

Não se trata aqui de reparos e manutenções como pintura e retelhamento que sempre são feitos anualmente, mas sim, de reformas estruturais que possam assegurar tanto esses espaços comuns quanto as adequações de acessibilidade que nunca foram feitas pela Prefeitura porque não é responsável pelos alunos embora seja dona do prédio, nem feitas pelo Governo do Estado por não ser dono do prédio, embora seja responsável pelos alunos.

Atualmente a organização das turmas da Escola Estelita Timóteo atende a um padrão mais equilibrado de distribuição das séries entre os turnos. O que é facilitado pelo fato de a escola concentrar somente o Ensino Médio, haja vista que as turmas de Ensino Fundamental quando existiam tinham prioridade nos turnos matutino e vespertino, empurrando as turmas de ensino médio para o horário da noite.

Quadro 5 - Distribuição das turmas de EM da EET - 2020

Turno	Série	1º ano EM.	2º ano EM.	3º ano EM.
Manhã		1º A, 1º B e 1º C	2º A e 2º B	3º A e 3º B
Tarde		1º D e 1º E	2º C e 2º D	3º C e 3º D
Noite		1º G e 1º H	2º E e 2º F	3º E, 3º F e 3º G
Total de turmas		8 turmas	6 turmas	7 turmas

Fonte: Secretaria da escola EET (2020).

Em 2020 foram matriculados na escola em questão um total de 828 estudantes. Na medida em que são organizados obedecendo a critérios informatizados e considerando a quantidade de salas por turno, de modo a não superlotar uma turma e esvaziar outra, esse quantitativo torna-se razoável já que a média de estudantes por sala fica abaixo dos 40.

Quadro 6 - Quantitativo de estudantes por série da EET - 2020

Série	1º ano EM.	2º ano EM.	3º ano EM.	Total
Quantidade	326	247	255	828
Média por Sala	40,7	41,1	36,4	39,4

Fonte: Secretaria da escola EET (2020).

No quadro 6, o destaque é a diferença entre o número de matriculados do 1º e do 3º ano. Mesmo se tratando de uma amostragem, essa disparidade de 21,7% de estudantes a menos muito provavelmente sinaliza para os percalços que levam à evasão escolar. Evidentemente que se trata de um dado isolado e superficial que nem pode mensurar a evasão da escola porque não considera o resultado final do ano letivo. Porém, há que se considerar que 71 estudantes a menos nesse curto intervalo de tempo é um número expressivo que certamente não corresponde somente às transferências, mas sim à desistência e ao abandono da escola.

A localização centralizada e o fato de ser do modelo regular, ou seja, não exigir do estudante a jornada integral de dois turnos, são particularidades que fazem com que a Estelita Timóteo seja bastante procurada pelo público ao qual se destina. Como consequência, contempla estudantes de vários bairros do perímetro urbano e de algumas localidades da zona rural.

Enquanto recorte da realidade, a escola reflete essa diversidade que é própria da sociedade brasileira quanto a cor/etnia, denominação religiosa, faixas etárias,

tipos de família e condições financeiras. No entanto, quando se trata de rendimento médio a Estelita Timóteo ainda é requisitada por jovens oriundos de famílias que possuem maior poder aquisitivo e outras que compõem a própria elite política da cidade, fugindo um pouco à regra geral das escolas públicas enquanto espaço de predominância da classe trabalhadora.

Quadro 7 - Distribuição dos estudantes da EET segundo sexo/gênero - 2020

Série	Sexo/Gênero	Masculino	Feminino	Total
1º ano EM.		193	133	326
2º ano EM.		119	128	247
3º ano EM.		130	125	255
Total da E.T.T		442 (53,4%)	386 (46,6%)	828
Total do Estado de PE*		167.012 (43,5%)	216.886 (56,5%)	383.898

Fonte: Secretaria da escola EET (2020).

O quadro 7 apresenta uma distribuição simplória dos estudantes da Escola Estelita Timóteo de acordo com sexo/gênero. Entretanto, para além dos dados em si, uma breve contextualização vai acender o debate sobre as relações de gênero no âmbito da escola. Isso pelo fato de o percentual de estudantes do sexo masculino estar bem acima do feminino (53,4% para 46,6%, respectivamente), ainda que destoando do contorno geral da população pernambucana onde a proporção é de 48, 0% homens para 52,0% mulheres aproximadamente.

Quando se considera apenas os matriculados na etapa do ensino médio em Pernambuco, os números se tornam ainda mais díspares. No estado, de acordo com o BDE-PE (2020), a cada cem jovens matriculados, 43,5% são homens e 56,5% são mulheres enquanto que na Escola Estelita Timóteo essa mesma diferença se dá na proporção invertida de 53,4% e de 46,6%.

Em se tratando de uma escola onde grande parte dos estudantes se desdobra para corresponder às demandas do estudo e do trabalho com toda exigência de tempo imposta pela cadeia do jeans, refletir sobre os porquês do número de estudantes mulheres está abaixo da média estadual e nacional pode revelar se problemas como o desestímulo com a escola se agravam no público feminino.

Por outro lado, quando se analisa a partir do critério gênero, o quantitativo de estudantes que começam o 1º ano e não concluem o 3º observa-se que a evasão é

bem maior no sexo masculino (-32,6%) do que no feminino (-6,0%). A conjectura que se faz a partir desses dados é que, se por um lado há uma parcela considerável de mulheres fora da escola, por outro temos um percentual de homens que começam a estudar, mas se evadem no decorrer do ensino médio.

O quadro que se desenha com essa discussão aponta que ainda há muito a ser explorado sobre as relações de gênero no Polo de Confecções do Agreste, embora alguns estudos como o de Bezerra (2011) já tenham abordado o tema. Para a autora:

A conformação das relações de gênero no âmbito das atividades produtivas do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco constitui uma importante dimensão para compreensão dos contornos desta experiência. Considerando-se, de um lado, que as relações de trabalho, especialmente na forma do trabalho a domicílio, estão profundamente permeadas pela questão familiar e, por outro, que o padrão de relações familiares, na formação histórica do país e da região aqui em foco, constituíram-se sob forte referência no patriarcado, é possível dizer que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero têm tido um peso decisivo sobre as relações de trabalho predominantes historicamente no Polo de Confecções (BEZERRA, 2011, p 110-111).

No caso dos estudantes/trabalhadores de Toritama--PE são muitas as perguntas que envolvem as relações de gênero no trabalho. Sabemos que determinados papéis são atribuídos a homens e mulheres na cadeia de confecção do Polo, no entanto, saber como estas atribuições estão repercutindo entre os jovens na sua relação com a escola são novos desafios.

3 CAPÍTULO II: TÓPICOS SOBRE TRABALHO E COTIDIANO NA CAPITAL DO JEANS.

Cada cidade tem sua história particular, resultado da atividade física e mental de mulheres e homens que ao longo do tempo transformaram a paisagem daquele limite geográfico para fins de sobrevivência e conforto. Daí a ideia de muitas cidades estarem diretamente associadas a algum traço marcante da sua construção social. No Brasil, a título de exemplo, temos cidades famosas por suas festas, algumas chamadas cidades “*de praia*”, outras históricas por possuírem sítios de arquitetura colonial... Toritama também se insere nesse grupo de cidades com forte referencial simbólico, no caso, o trabalho.

É muito difícil encontrar algum habitante, seja toritamense ou migrante, que não compreenda o trabalho como a principal referência do lugar. Trata-se aqui, especificamente, do trabalho na confecção de roupas jeans, ramo que já há algumas décadas é o principal suporte econômico do município.

Jeans já foi sinônimo de trabalho duro no século 19, de rebeldia no século 20, mas para Toritama, faz 20 anos que significa sobrevivência – alternativa para quem tem dificuldades de plantar e colher devido ao clima seco da região. (SEBRAE, 2019, p. 8).

Figura 6 - Monumento em homenagem à confecção de jeans na principal entrada da cidade



Foto: Mateus Laércio

Em 2019, o documentário “Estou me guardando para quando o carnaval chegar” (ESTOU..., 2019) reproduziu o cenário do trabalho na confecção do jeans com suas jornadas ampliadas e a quase ausência de tempo livre. “Toritama é uma

China com um carnaval no meio” afirmou Gomes (2019), diretor do filme, que passou parte da sua infância na cidade. Guardadas as devidas proporções, a frase de impacto chama atenção para o ritmo acelerado e o volume de produção de roupas à custa de longas horas de trabalho intenso.

Embora esta comparação com o país asiático inspire alguns cuidados do ponto de vista analítico, em Toritama há elementos para reconhecer como o trabalho com o jeans extrapola sua dimensão puramente prática, manual, e assume, também, uma dimensão simbólica levando muitos a compartilhar de um sentimento coletivo de orgulho por serem construtores e construtoras da afamada *Capital do Jeans*. O documentário já citado apresenta alguns relatos neste sentido.

Antes de ser uma atividade próspera a confecção do jeans foi o principal amparo financeiro da população após a decadência do calçado, salvaguardando as condições de vida de muitas famílias da cidade. Esta memória muito viva para boa parte dos habitantes de Toritama é sempre evocada na perspectiva da gratidão ao jeans, apesar de ser uma atividade dura e cansativa.

Para Roberto Grun (2017) essa relação vai estar no que Bourdieu (2001, p. 247-251) chamou de “*dupla verdade do trabalho*”. Indo além de toda elaboração clássica marxista sem necessariamente negá-la, a concepção de trabalho do sociólogo francês traz “a ligação da identidade à exploração como fundamento possante dos constrangimentos produzidos pela situação de trabalho em regime capitalista” (Ibidem, p. 353). Grun (2017, p.353) explica como Bourdieu enxergava essa “*dupla verdade do trabalho*”:

A dupla verdade consiste teoricamente na necessidade primeira, associada à sociologia marxista, de mostrar a realidade objetiva do trabalho, que é aquela referida ao trabalho como exploração econômica. Para aceder a essa percepção, o trabalho deve ser visto como pura relação comercial, destituída de qualquer “perturbação” que impeça a percepção de que se trata de um contrato aparentemente entre iguais que encobre a desigualdade entre a força do empregador e a fraqueza do empregado [...]

A “segunda verdade” é a vivência subjetiva da situação de trabalho. É ela que corresponde à experiência cotidiana, na qual todos investem diversas libidos nas esferas relacional, cultural e identitárias. Como o local ou a situação de trabalho é eixo fundamental para a constituição das redes sociais, há uma satisfação intrínseca em “ir trabalhar” e um incremento em capital simbólico no “crescimento profissional” que tornam cada vez menos provável a preponderância da “primeira verdade”. (GRUN, 2017, p. 353)

Essa realidade tem despertado a curiosidade investigativa de muitos pesquisadores que tem desenvolvido importantes estudos no campo das ciências sociais abordando diferentes temáticas. Dentre os vários, podemos citar Castilho

(1985), sobre a produção do espaço; FUNDAJ (2008), Heleno (2013) e Braga (2019) sobre relações de trabalho e informalidade; Negreiros (2010) sobre o cotidiano, dentre tantas outras que tomaram Toritama como campo de pesquisa.

3.1 Toritama: trabalho, rendimento e informalidade

Os principais indicadores de trabalho e rendimento mensurados pelo IBGE para Toritama-PE refletem, em maior ou menor grau, o seu crescimento desordenado e os obstáculos decorrentes do seu aumento populacional acima da média:

Por ano, a população de Toritama-PE aumentou 4,8% e alcançou 59% de crescimento em toda a década. De 21.800 habitantes no ano de 2000, a população da cidade chegou a 35.554 em 2010 até agora, todo esse crescimento populacional se deve a vinda de pessoas de outras cidades e estados atraídas pela produção de jeans e investem na potencialidade do município. (SEBRAE, 2019, p. 13).

Fator que vai repercutir diretamente em itens como o salário médio mensal e a população ocupada, já que estes contabilizam somente os empregos formalizados e boa parte dessa população flutuante se insere na informalidade, muito embora esta parcela esteja gerando renda.

Mesmo assim, nos dados mais atualizados do IBGE (2017), os números de Toritama não destoam muito se comparados às outras duas principais cidades do Polo.

Quadro 8 - Indicadores de trabalho e rendimento das principais cidades do polo de confecções do Agreste (salário médio e população ocupada)

Cidade	Salário Médio	Posição no estado	População Ocupada (%)	Posição no estado
Toritama	1,4	172º	16,9%	19º
Caruaru	1,7	66º	22,7%	10º
S. Cruz do Capibaribe	1,5	144º	14,6%	24º

Fonte: IBGE Cidades (2017).

Figura 7 - Ponte sobre o Rio Capibaribe que marca o limite entre Toritama-PE e Caruaru-PE



Foto: Mateus Laércio.

Quadro 9 - Indicadores de trabalho e rendimento das principais cidades do polo de confecções do Agreste (percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo)

Cidade	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (%).	Posição no estado
Toritama	30,8%	184º
Caruaru	36,3%	181º
S. Cruz do Capibaribe	31%	183º

Fonte: IBGE Cidades (2017).

O mais recente estudo do SEBRAE (2019) acerca da cadeia da confecção em Toritama foi publicado em 2019 e teve como objetivo fazer um levantamento quantitativo e traçar um perfil das unidades produtivas existentes na cidade. O caráter informal e o padrão ainda familiar de grande parte destas indústrias se impuseram como um desafio. Isso porque, como fogem ao controle do estado torna-se um dado de difícil mensuração.

Uma das consequências da informalidade é a ausência de uma base de dados oficial que corresponda com a realidade. Nesse sentido, os pesquisadores

foram praticamente compelidos a usar métodos capazes de mensurar com confiança os dados desta cadeia de produção dispersa e dinâmica. Por isso:

Visto que não havia um mapa atualizado, procedeu-se o mapeamento das ruas da cidade e, desta forma, foram percorridas todas as ruas, identificando unidades produtivas de confecção, para realizar a entrevistas junto às empresas formais e informais. (SEBRAE, 2019, p. 3)

Logo, podemos concluir que se trata de uma pesquisa cuja tática aplicada do levantamento censitário resultou em números de alta confiabilidade, considerando-se o fato de os pesquisadores terem constatado a realidade *“in loco”*.

Na estratégia do porta-a-porta o SEBRAE (2019) identificou 3053 empreendimentos espalhados pelas ruas da cidade, sendo que 1777 (58,2%) deles “não adquirem insumos para a fabricação de confecções, apenas prestam serviços de costura reta, acabamento, aplicação de botões e acessórios, costura de zíper, entre outros, para as indústrias de confecção de Toritama” (SEBRAE, 2019, p. 28).

Esse processo ocorre porque, a depender da sua fase, a confecção envolve diferentes espaços produtivos como bem ressalta Matos (2008, p. 114):

As fases de corte, montagem, lavagem e acabamento tanto podem ser executadas em um único espaço (somente nas empresas maiores), como constituem o trabalho típico realizado pelo grande número de facções.

Facção é o nome atribuído a estas empresas geralmente de pequeno porte e de caráter domiciliar subcontratadas por empresas maiores definidas por Oliveira (2013, p. 241) como:

[...] são unidades produtivas em geral constituídas em condições ainda mais precárias, quando comparadas aos fabricos, e que se caracterizam por atender, sob a condição de subcontratadas, as demandas de fábricas e fabricos, se especializando na realização de uma ou algumas tarefas do processo de produção, com destaque para a costura, o corte, o bordado, o travete (no caso do jeans), a implantação de casas e botões, etc. Uma facção pode ser constituída desde uma condição que se reduz a uma costureira (que a partir do seu domicílio passa a receber encomendas), até uma situação na qual se estrutura como um coletivo (em geral, familiar e domiciliar, dotado de algumas máquinas e equipamentos próprios).

As outras 1276 (41,8%) se diferenciam das primeiras segundo o SEBRAE (2019) justamente porque adquirem *“algum tipo de matéria prima, insumos e/ou acessórios para o processo produtivo”* (Idem, p. 28), critério que determinou o foco da referida pesquisa.

Traçado o perfil destes empreendedores no que se refere ao sexo, observou-se uma ligeira maioria de homens em relação às mulheres num percentual de 52% para 48%. Com relação à idade a faixa de 26 a 45 anos concentra 74,5% desse público. Este último dado corrobora com a trajetória de alguns

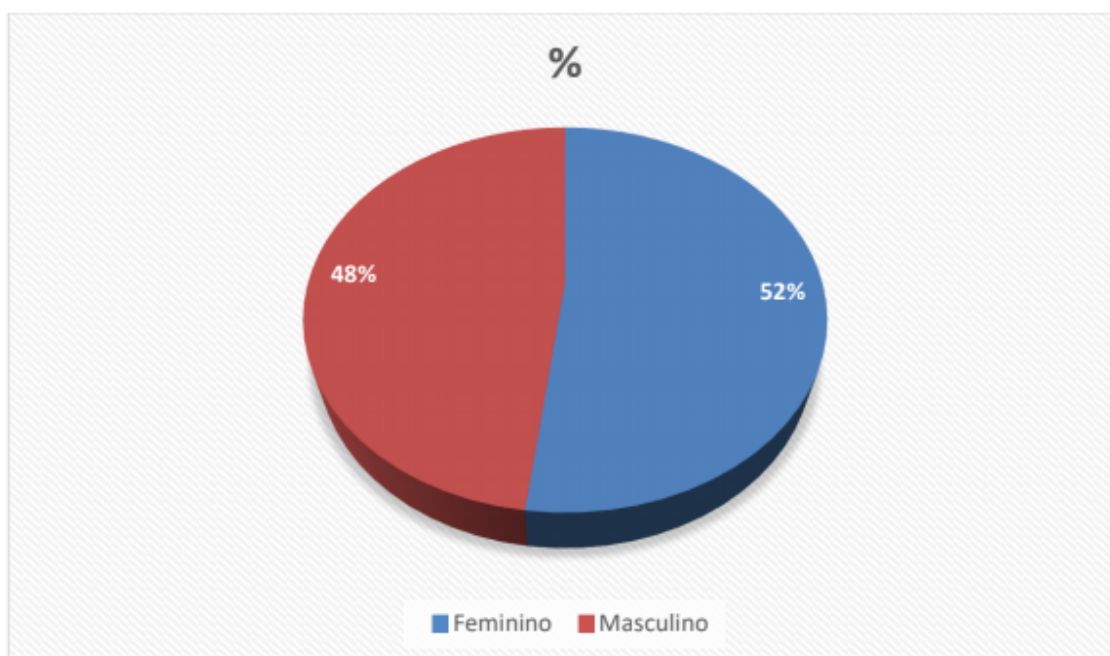
estudantes/trabalhadores que são inseridos na cadeia pelas circunstâncias familiares e, a partir daí, ganham autonomia e desenvolvem seus próprios empreendimentos. As tabelas e gráficos abaixo sintetizam estes números:

Tabela 2 - Perfil dos empresários pesquisados - Sexo

Discriminação	Qtde.	%
Feminino	1587	52
Masculino	1466	48
Total	3053	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 4 - Representação gráfica da tabela 2



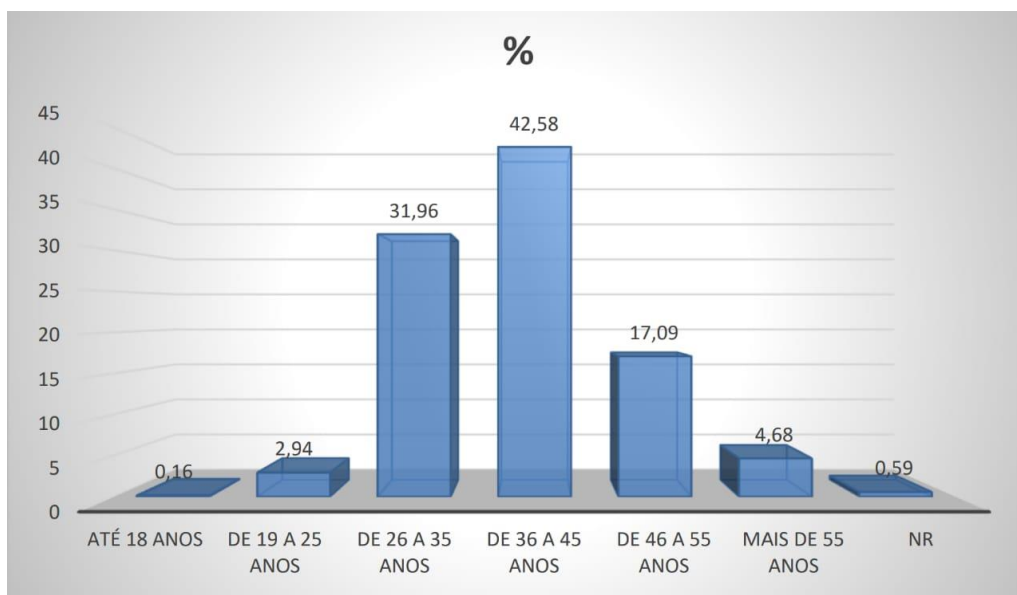
Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Tabela 3 - Perfil dos empresários pesquisados - Idade

Discriminação	Qtde.	%
Até 18 anos	5	0,16
De 19 a 25 anos	90	2,94
De 26 a 35 anos	976	31,96
De 36 a 45 anos	1300	42,58
De 46 a 55 anos	522	17,09
Mais de 55 anos	143	4,68
NR	17	0,59
Total	3053	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 5 - Representação gráfica da tabela 3



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

O grau de escolaridade desse grupo revela um dado provocante, qual seja, 48,1% concluiu o ensino médio e 46,9% somente o fundamental. Isso quer dizer que 95% destes proprietários permanecem no nível básico da educação. Some-se a isso os outros 4,2% que se declaram “*sem instrução*”, e temos um quadro onde a quase totalidade desses empreendedores desconhece o universo da educação superior. Isso ocorre mesmo em áreas estratégicas para a cadeia da confecção como administração, contabilidade, engenharia de produção e outras que, contrariando a ordem estabelecida, nunca foram requisitos para mover a engrenagem da confecção, mesmo para aqueles que prosperaram financeiramente. Sobre a área contábil, a título de exemplo, Lucena (2004, p. 42) vai dizer:

Percebe-se que o empresariado de Toritama não atentou para as informações geradas pela contabilidade, e, em muitos casos, a preocupação dessas informações fica ligada apenas à data de quitação aos fornecedores e ao atendimento ao fisco.

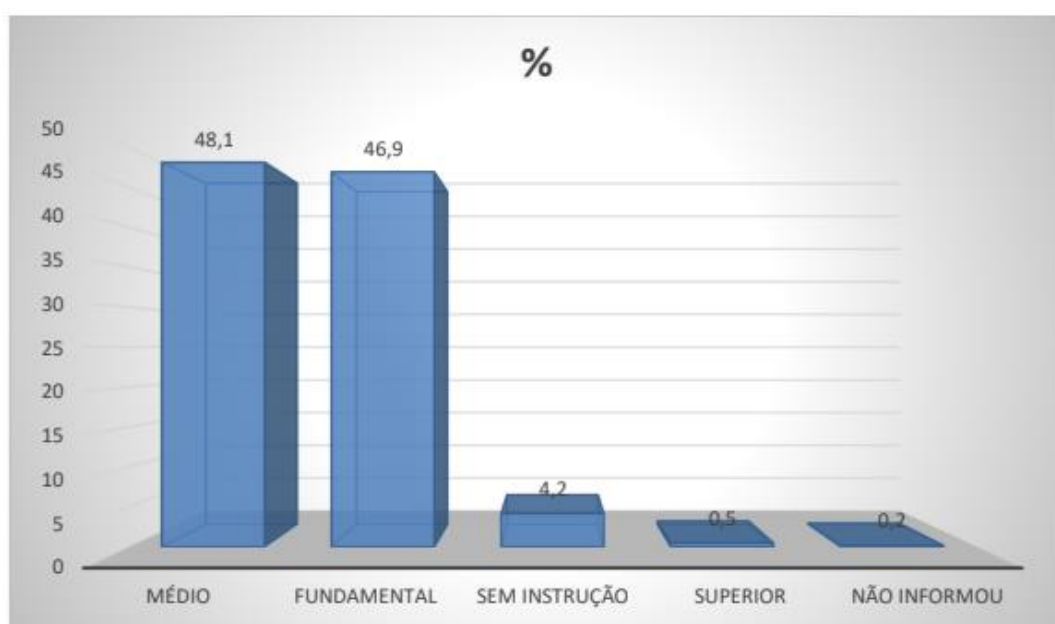
Nos nossos objetivos tratamos dessa contraposição entre o mundo do trabalho e os espaços de conhecimento institucionalizado em Toritama só que no âmbito do Ensino Médio.

Tabela 4 - Perfil dos empresários pesquisados - Escolaridade

Discriminação	Qtde.	%
Médio	1469	48,1
Fundamental	1433	46,9
Sem instrução	129	4,2
Superior	15	0,5
Não informou	7	0,2
Total	3053	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 6 - Representação gráfica da tabela 4



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

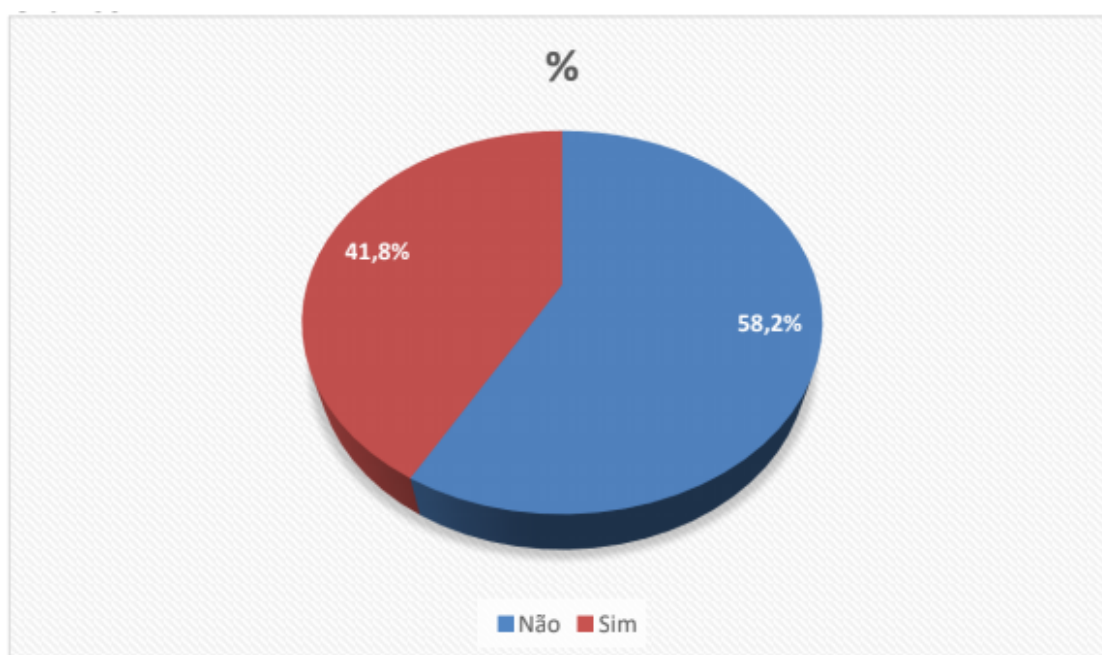
Conforme foi dito, a metodologia do SEBRAE (2019) caracterizou as empresas como adquirentes ou não de insumos para a produção, cujos resultados foram:

Tabela 5 - Adquire insumo para o processo de fabricação

Discriminação	Qtde.	%
Não	1777	58,2
Sim	1276	41,8
Total	3053	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 7 - Representação gráfica da tabela 5



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

As 1276 unidades que compram insumos abrangem um total de 5813¹⁶ pessoas ocupadas, o que dá uma média de 4,5 trabalhadores por indústria. O número reduzido explica-se pelo fato de:

As fábricas existentes no município adotaram a prática de terceirizarem as atividades produtivas para facções, negociando o pagamento por atividade realizada, sem assumir outros custos de produção, como: energia elétrica, manutenção das máquinas, linha para costura, erros na produção, destinação dos resíduos gerados e direitos trabalhistas (SEBRAE, 2019, p. 33).

A maioria desse quantitativo se concentra na produção embora o percentual de sócios e pessoas dedicadas à administração também seja considerável, conforme mostram a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 6 - Pessoal ocupado

Discriminação	Qtde.	%
Sócio com atividades na empresa	172	3,0
Administrativo	972	16,7
Produção – Fixo	4586	78,9
Produção – Temporário	69	1,2
Manutenção	14	0,2
Total	5813	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

¹⁶ Não há o número total porque o SEBRAE (2019) delimitou a pesquisa nas unidades produtivas que adquirem insumos para produção

Gráfico 8 - Representação gráfica da tabela 6



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Desse total de pessoal ocupado destaca-se a mão-de-obra familiar que representa 24,3% dos funcionários, o que representa mais um traço da configuração familiar que prevalece na origem dessas empresas e permanece à medida em que elas crescem e se desenvolvem. O gráfico permite concluir, também, que a atividade fim, ou seja, a produção absorve a maior parte do contingente independente das oscilações conjunturais que provocam o desemprego.

Chama a atenção o percentual de colaboradores fixos, com 78,9%, [...], em relação ao número de trabalhadores temporários, com apenas 1,2%, o que demonstra uma mão de obra ocupada de forma constante, independente dos picos sazonais. (SEBRAE, 2019, p. 33).

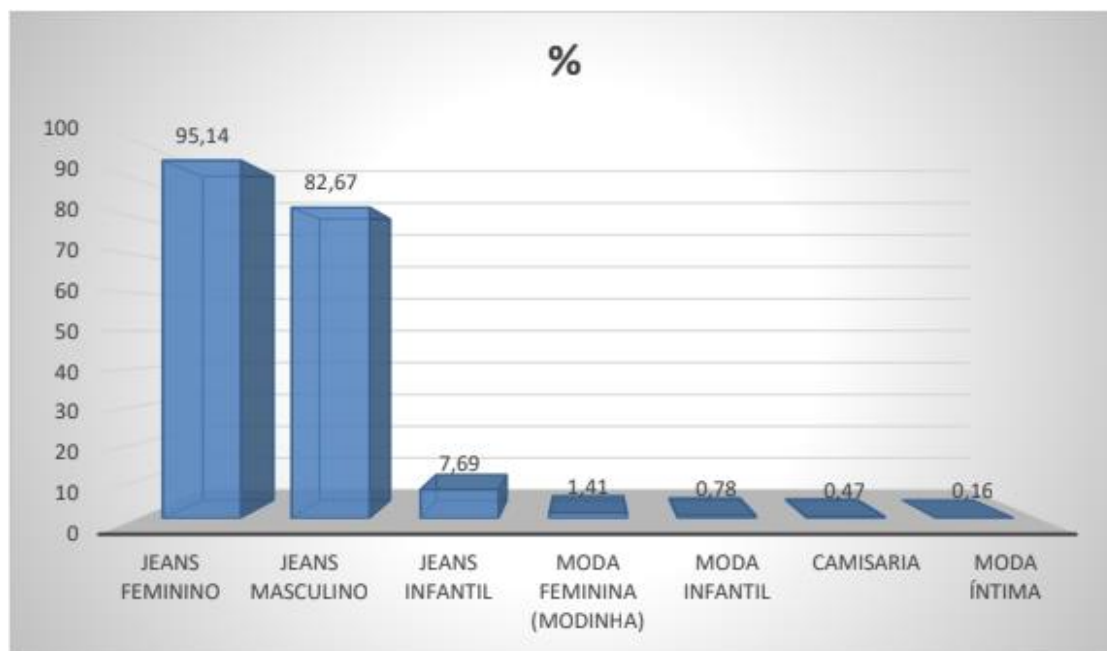
A pesquisa evidenciou ainda a hegemonia do jeans (masculino ou feminino) dentre os tipos de produtos fabricados em Toritama, constituindo-se na especialidade da cidade, muito embora a camisaria, a moda íntima, a infantil e a feminina (modinha) também façam parte do acumulado produzido mesmo que em percentuais bem menos expressivos:

Tabela 7 - Tipo de produto que fabrica

Discriminação	Qtde.	%
Jeans Feminino	1213	95,14
Jeans Masculino	1054	82,67
Jeans Infantil	98	7,69
Moda Feminina (modinha)	18	1,41
Moda Infantil	10	0,78
Camisaria	6	0,47
Moda Íntima	2	0,16

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 9 - Representação gráfica da tabela 7



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

O Polo de Confecções do Agreste já se destaca pela variedade de tipos de peças produzidos, como lembra Oliveira (2013, p. 234):

Os principais itens atualmente produzidos no aglomerado produtivo-comercial são: calças, bermudas, saias, vestidos, blusas, shorts, tops, jaquetas, camisas, camisetas, roupas íntimas; para públicos masculinos, femininos e infantis; confeccionadas a partir de tecidos planos (de algodão e sintéticos), malha, jeans, brim; diferenciados em moda casual, moda infantil, moda praia, moda esporte e moda fitness.

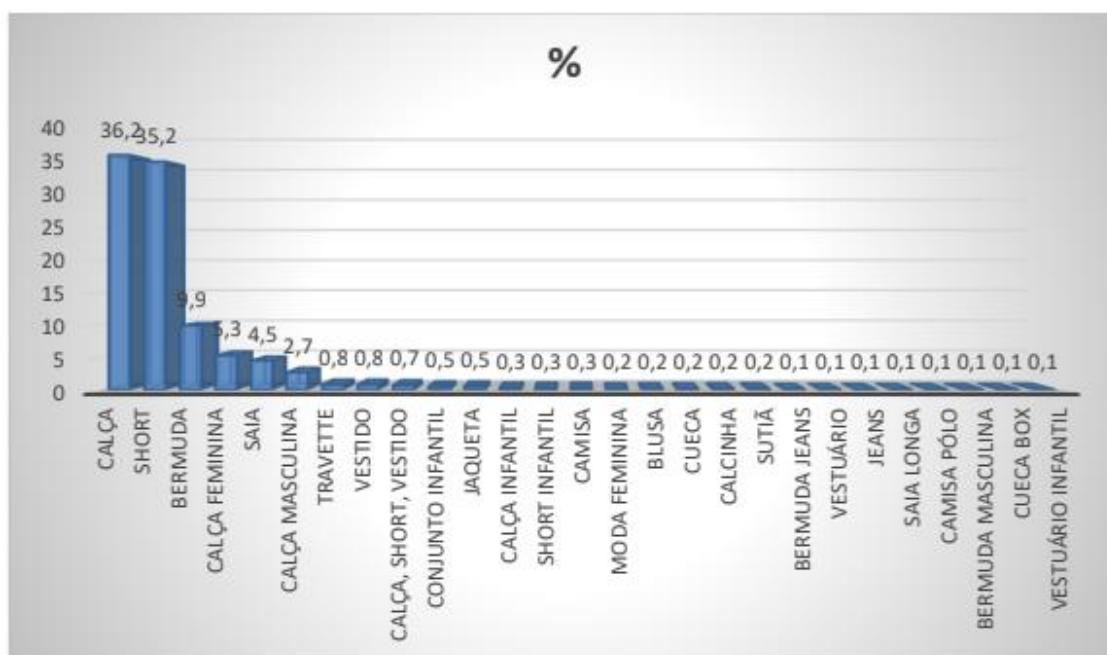
O quadro abaixo mostra como essa distribuição ocorre especificamente em Toritama, a despeito da predominância do jeans:

Tabela 8 - Peças produzidas

Discriminação	Qtde.	%
CALÇA	1.952.949	36,2
SHORT	1.894.440	35,2
BERMUDA	535.299	9,9
CALÇA FEMININA	288.300	5,3
SAIA	243.699	4,5
CALÇA MASCULINA	146.600	2,7
TRAVETTE (TIPO DE COSTURA ESPECÍFICA)	43.500	0,8
VESTIDO	40.875	0,8
CALÇA, SHORT, VESTIDO	40.000	0,7
CONJUNTO INFANTIL	25.500	0,5
JAQUETA	24.950	0,5
CALÇA INFANTIL	18.000	0,3
CAMISA	22.500	0,3
SHORT INFANTIL	18.000	0,3
MODA FEMININA	12.300	0,2
BLUSA	12.200	0,2
CUECA	12.000	0,2
CALCINHA	10.000	0,2
SUTIÃ	10.000	0,2
BERMUDA JEANS	5.000	0,1
VESTUÁRIO	5.000	0,1
JEANS	4.000	0,1
SAIA LONGA	4.000	0,1
CAMISA PÓLO	4.000	0,1
BERMUDA MASCULINA	3.800	0,1
CUECA BOX	3.000	0,1
VESTUÁRIO INFANTIL	3.000	0,1
CAMISARIA	2.300	0
BLUSA FEMININA	2.000	0
MACAQUITO	2.000	0
SHORT JEANS FEMININO	1.200	0
INFANTIL	1.000	0
JEANS INFANTIL	1.000	0
SAIA JEANS INFANTIL	700	0
MODA INFANTIL	600	0
MACACÃO	300	0
VESTIDO JEANS	125	0
Total	5.394.137	100

Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Gráfico 10 - Representação gráfica da tabela 8



Fonte: Pesquisa direta NECTAR – Janeiro/2019. (SEBRAE,2019)

Analisar o trabalho da confecção em Toritama não é uma tarefa simples por tratar-se de uma engrenagem de produção em larga escala, com mão de obra intensiva, controle das etapas de fabricação em série e descentralização da produção numa cadeia de subcontratação de empresas de pequeno e médio porte, além da enorme produção em estabelecimentos informais domiciliares que existem às centenas toda cidade.

No tipo de terceirização adotado na cidade, parte da produção é distribuída pra essa rede de empresas cada qual com sua especialidade, cuja interdependência entre elas move a roda da confecção.

Nesse processo é bastante comum encontrar pelas ruas de Toritama carros ou, principalmente, motocicletas ocupadas em transportar grandes molhos de peças jeans por entre os diferentes espaços que cumprem o processo de produção num ziguezague que envolve o deslocamento da oficina de corte à facção, desta à lavanderia, em seguida ao aprontamento e, por fim, ao local de comercialização.

Figura 8 - Confeccionistas transportando peças entre os diferentes espaços de produção



Foto: Mateus Laércio.

Abarcando um grande contingente de mão de obra familiar e tomando posse de parte do ambiente doméstico, essa rede está fortemente marcada pela informalidade, que assegura às cidades do Polo considerável participação no PIB do estado. Essa fuga do controle fiscal e tributário tem, nas suas possibilidades de explicação, pelo menos um componente histórico muito forte que é o fato de ter surgido, antes de tudo, como uma atividade de subsistência:

Através do trabalho criativo das costureiras, os restos de tecidos foram transformados em mercadorias e o espaço doméstico da casa foi decisivo para o desenvolvimento das primeiras atividades produtivas da sulanca. Enquanto isso, as feiras populares tornaram-se o espaço coletivo onde essa produção poderia ser vendida ou trocada (BRAGA, 2019, p. 105)

Os estudos mais sistematizados sobre o que seria o setor de trabalho informal têm origem na antropologia¹⁷ e, de início, não tiveram a preocupação de, necessariamente, conceituar o termo, mas de descrevê-lo buscando neste setor um tipo de racionalidade própria para o trabalho. (BRAGA, 2019, p. 47).

Com o desemprego decorrente da marcha da globalização e a consequente expansão da informalidade uma conceituação mais clara foi elaborada a partir da oposição entre esta *racionalidade* e os aspectos do trabalho formal, assim definida por Braga (2019, p. 47-48):

¹⁷ Segundo Braga (2019) a primeira sistematização interpretativa do que seria a informalidade advém do estudo do antropólogo Keith Hart após a realização da Missão da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre o mercado de trabalho em Gana.

O setor informal seria o lócus onde residiram as diferentes dinâmicas de trabalho que ultrapassam as formas de trabalho organizado, sendo caracterizado pela sua composição endógena e não mais em relação ao modelo formal de trabalho. Através do olhar relativizador - próprio dos estudos antropológicos - foi possível compreender os distintos níveis de racionalidades assumidas pela dinâmica informal, dando a possibilidade de reconhecer a sua singularidade. A distinção do setor formal organizado e do setor informal que transcende as formas de trabalho organizado se estabelece em uma relação binária: o setor formal, possuindo o acesso aos recursos produtivos, licenças e estímulos para o seu desenvolvimento junto das autoridades governamentais e o setor informal, mesmo estando fora dessa relação, mantendo a sua expansão plena e contínua no cenário urbano e industrial.

Embora valha lembrar que essa relação de dualidade formal-informal tem sido rompida segundo o autor, em alguns estudos mais recentes¹⁸.

No caso da *Capital do Jeans*, a maior parte dessa produção fracionada se dá sob os preceitos da informalidade. Mesmo considerando sua importância regional e nacional o setor de confecções de Toritama (e do Polo de Confecções do Agreste como um todo) não está isolado e livre da concorrência de outras cadeias produtivas e mercados similares. As próprias circunstâncias da atual economia global fazem com que confeccionistas da cidade guardem suas ressalvas com relação a produtos internacionais, em especial, dos chineses. CACCIAMALI (1982, p. 9) situa esse movimento como sendo próprio do modelo capitalista de produção:

O setor informal é entendido [...] como o trabalho autônomo que existiu e persiste até os dias de hoje, intersticialmente, no interior da produção capitalista. A pequena produção e o trabalho autônomo foi e é, continuamente, destruído pela imposição capitalista, pela expansão das firmas em busca de lucros, pelos avanços tecnológicos e pelos níveis de produtividade logrados. A produção capitalista, no entanto, mesmo em escala oligopólica, não conseguiu destruir essa forma de organizar a produção, mas sim recriá-la, sendo que essa recriação se dá sob a forma de inúmeros trabalhos autônomos, que podem ser constatados na produção de qualquer país capitalista.

Mesmo que a ideia de concorrência global não faça parte do universo de muitos faccionistas e pequenos empreendedores, foi a competição desigual com as grandes fábricas que afundou a economia do calçado também marcada pelo trabalho informal nessa mesma Toritama de outrora. Isso porque:

A justaposição assimétrica e subordinada do setor Informal às formas de organização da produção capitalista lhe imprime restrições ao desenvolvimento das atividades que o compõem e às condições de trabalho e níveis de renda auferíveis pelos indivíduos nele incluídos (CACCIAMALI, 1982, p. 9-10).

¹⁸ Braga (2019), vai citar com bastante ênfase o livro *Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho Brasileiro*, de Adalberto Cardoso (2013).

A informalidade foi um elemento intrínseco à cadeia de confecção de Toritama-PE durante toda sua história. Algo referenciado, inclusive, por muitos dados impactantes: “não há como explicar que apenas 3317 indivíduos estejam empregados numa população estimada de 25.586¹⁹”, destacava a professora Matos (2008, p. 111), nos tempos áureos do emprego na cidade, donde ela mesmo conclui: “o que leva à inferência de que maior parte dessa população está exercendo algum tipo de atividade informal” (MATOS, 2009, p. 111).

Numa outra perspectiva, segundo LUCENA (2004) essa informalidade de muitos empreendimentos toritamenses implica diretamente nas suas possibilidades de adequação às transformações do mercado.

A informalidade e as suas limitações prejudicam essas empresas, principalmente por viverem num ambiente em constante mudança. Não existem mais lugares para as empresas que trabalham dessa forma, é necessário ter planejamento, buscar as informações corretas e estarem abertas às novas mudanças organizacionais. (LUCENA, 2004, p. 41).

Nesse percurso que já acumula algumas décadas a informalidade constituiu-se numa alternativa de vida (talvez a única) fora dos arranjos formais dentro do capitalismo, ao passo que:

[...] esses indivíduos tiveram a autonomia de criar, por iniciativa própria, uma forma de organização laboral que se apoiou nas estruturas sociais existentes e, a partir destas, desenvolveram estratégias coletivas para sua reprodução social. (BRAGA, 2019, p. 64).

No caso de Toritama, entendemos por estas “*estruturas sociais existentes*” a experiência de muitos com a fabricação de calçados, o espírito empreendedor ainda que num sentido diferente do aplicado nos dias de hoje e o próprio instinto de sobrevivência da população com o declínio calçadista, além das emergentes feiras da sulanca que começavam a se destacar como importantes empórios. Na sua análise que teve como recorte o Agreste pernambucano como um todo, o autor destaca:

Os territórios comerciais do Agreste Pernambucano, ou mais particularmente as populares Feiras da Sulanca, tornaram o interstício não propriamente ocupado pela dinâmica capitalista, um lugar em que esses indivíduos agrestinos vieram a ocupar e a tecer a sua própria forma de organização para o trabalho. (BRAGA, 2019, p. 64).

De fato, o escoamento da confecção requer uma série de outras atividades que são essencialmente informais. Do ponto de vista do espaço físico a feira livre é, por excelência, o lugar de onde toda essa volumosa produção parte para diferentes

¹⁹ A autora usa dados populacionais de 2005. Trazemos esta referência a despeito do número desatualizado para mostrar que a informalidade é um fenômeno persistente nesta cadeia de produção e já há algum tempo vem sendo estudado.

regiões do Brasil. Embora, nos dias de hoje, a feira faça parte de um complexo mais amplo que envolve o centro comercial Parque das Feiras, um dos empreendimentos que surgiram nas principais cidades do Polo de Confecções do Agreste com o objetivo de beneficiar a estrutura das vendas. (OLIVEIRA, 2013)

Para dar conta dessas feiras em qualquer que seja a cidade do Polo é recrutado um exército de trabalhadores avulsos que atuam desde antes na montagem dos bancos, o que implica no isolamento de algumas ruas, até o pós-feira quando ocorre a retirada dos mesmos. Deste exército fazem parte, ainda, carregadores de frete responsáveis por levar os pacotes de roupa do estacionamento aos bancos, flanelinhas que, além de vigiar os carros dos confeccionistas oferecem também os serviços de lavagem, motoristas de transporte alternativo conhecidos como *toyoteiros* que se somam aos vários trabalhadores do extenso setor de alimentação que envolve janta e almoço em quentinhas, churrasquinhos acompanhados de aperitivo, picolés, lanches diversos e vendedores de água mineral.

A coexistência dessas diferentes vivências faz valer a retomada do pensamento de Cacciamali (1982, p. 32-33) no que ela chamou de duplo caráter do setor informal:

[...] constitui-se tanto em atividades de renda relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, quando comparadas com o conjunto de postos de trabalho assalariados, como também em expediente de mera sobrevivência física. O primeiro conjunto de atividades está associado, principalmente, a serviços qualificados, mercados cativos ou dirigidos por demandas de alto nível ou salário. Destacam-se, neste caso, profissionais liberais, pequenos comerciantes, prestadores de serviços técnicos, cuja remuneração, caso se transformassem em assalariados, seria, em geral, inferior à atual [...] O segundo conjunto de atividades informais que objetiva a mera sobrevivência física faz com que o Setor Informal, como ressaltado anteriormente, também se constitua de atividades precárias, instáveis, ocasionais, cujos níveis de renda, em geral baixos, mal conseguem suprir as necessidades mínimas do trabalhador que as exerce.

Desta forma, para grande parte dos sujeitos diretamente envolvidos é impraticável pensar o trabalho em Toritama sem a informalidade. Seja por parte do pequeno e médio empresariado que se livra da carga tributária, seja por parte dos trabalhadores precários que não veem perspectiva de formalização, tampouco dos direitos assegurados por esta.

Para a juventude que no Brasil já carece de uma inserção qualificada no mercado, a informalidade muitas vezes é a única alternativa. No caso dos estudantes/trabalhadores de Toritama o trabalho precário e informal na confecção é

uma realidade que se mostra naturalizada para alguns e objeto de questionamento para outros, uma vez que já refletem sobre sua condição e começam a forjar outras possibilidades para além do jeans.

4 CAPÍTULO III: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DOS ESTUDANTES/TRABALHADORES.

4.1 Perfil geral e estrutura familiar.

O trabalho de campo conseguiu atingir uma amostra de 60 jovens estudantes que, a partir de um recrutamento espontâneo, apresentaram as seguintes características gerais:

Quadro 10 - Idade

Idade	14	15	16	17	18	19	20	21	Total
Estudantes	2	20	17	14	6	---	---	1	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 11 - Gênero

Gênero	Masculino	Feminino	Total
Estudantes	27	33	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 12 - Etnia

Etnia	Branco	Negro	Pardo	Índio	Total
Estudantes	13	6	40	1	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 13 - Estado Civil

Estado Civil	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Desquitado	Total
Estudantes	51	9	---	---	---	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 14 - Série

Série	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Estudantes	25	19	16	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 15 - Turno

Turno	Manhã	Tarde	Noite	Total
Estudantes	22	23	15	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 16 - Local de moradia

Local de Moradia	Zona Urbana	Zona Rural	Total
Estudantes	48	12	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 17 - Origem do estudante quanto ao ensino fundamental

Origem	Estudantes
Somente Escola Pública	42
Somente Escola Particular	3
Escola Pública e Particular	15
Total	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Os números iniciais mostram que há uma proporcionalidade no quesito gênero, quase não há distorção idade-série, a distribuição das séries e dos turnos acompanha os dados gerais da escola, são predominantemente solteiros e residentes na área urbana, oriundos, sobretudo, de escolas públicas e parte se autodeclara branca mas, a cor parda prevalece.

A contextualização das relações familiares foi de fundamental importância para entender a trajetória destes estudantes/trabalhadores pois, é por meio da família que são inseridos na confecção e é ela que exerce, muitas vezes, o papel de patronato. Esse “*conjunto interligado de disposições*” chamado por Souza (2012, p. 50) de *capital familiar* traz em si representações elucidativas da noção de *classe* que, segundo ele, escapa às teorias dominantes.

Nesse tópico, o perfil predominante é o da família tradicional nuclear e/ou matrimonial com algumas poucas monoparentais e com um número mediano de membros um pouco acima da média nacional, conforme IBGE (2016). Conforme mostra o quadro 18, 75% delas possui entre 3 e 5 membros por domicílio.

Quadro 18 - Quantidade de membros por domicílio

Quantidade	01	02	03	04	05	06	Mais	Total
Estudantes	2	7	16	17	12	3	3	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Percebeu-se que quase nenhum dos entrevistados é responsável pelo sustento da família, o que é reflexo da menoridade da maior parte do grupo

pesquisado, ficando o arrimo de 86,6% dessas famílias a cargo dos responsáveis diretos sendo 36,6% de pais e mães, 35% só da mãe e 15% só do pai, como mostra o quadro 19:

Quadro 19 - Principal responsável pelo sustento da família

Responsável	Estudantes	Percentual
Pai	9	15%
Mãe	21	35%
Pai e Mãe	22	36,6%
Ele/a próprio/a	2	3,3%
Marido	5	8,3%
Não Informou	1	1,6%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Chama atenção no quadro da renda o fato de 16 entrevistados (26,6%) afirmarem que a renda total da família é de menos de um salário mínimo e outros 13,3% (8 entrevistados) com renda de um salário mínimo, o que para alguns é reflexo de um certo esgotamento da sulanca no cenário atual: *“ninguém ganha dinheiro mais não, professor! Já foi...”* PHL, grupo focal 3. O fato é que a renda não passa de três salários mínimos para 83,3% deles como mostra o quadro 20:

Quadro 20 - Renda familiar

Renda Familiar	Estudantes	Percentual
Menos de 1 salário mínimo	16	26,6%
1 salário mínimo	8	13,3%
1 salário mínimo e meio	10	16,6%
2 salários mínimos	11	18,3%
3 salários mínimos	5	8,3%
Mais de 3 salários mínimos	10	16,6%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Na outra ponta, muito embora num percentual bem menor, alguns estudantes afirmam uma renda familiar de mais de três salários mínimos. Essa disparidade no rendimento é fruto das diferentes funções ocupadas por estes estudantes na cadeia

de produção e repercute, logicamente, no seu poder de compra e prestígio social ainda que dividam a mesma sala de aula de escola pública.

Sobre o nível de instrução desses pais e mães os dados, apesar de equivalentes ao de outros estudos citados aqui, não deixam de ser excruciantes. Se tomarmos como referência os pais e mães que não terminaram o Ensino Fundamental, etapa mais elementar da Educação Básica, vamos ter, respectivamente, 68,3% e 63,3% destes responsáveis que sequer concluíram a antiga 4ª série. Na outra ponta dessa escala apenas 1 mãe foi apresentada ao Ensino Superior.

Quadro 21 - Nível de escolarização dos pais e mães

Nível de Escolarização	Pais	Mães
Não alfabetizado/a	10	10
Lê e escreve, mas nunca foi à escola	1	2
Ensino Fundamental incompleto	30	26
Ensino Fundamental completo	4	5
Ensino Médio incompleto	2	4
Ensino Médio completo	7	10
Cursando Ensino Superior	2	0
Ensino Superior completo	0	1
Não informaram	4	2
Total	60	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Se à primeira vista esses dados podem significar que dentro do capital familiar desses estudantes não há nenhuma *disposição* alusiva à importância do Ensino Superior, por outro lado, veremos adiante que os dados da pesquisa mostram que, independente da ausência destas referências concretas em casa, o Ensino Superior já figura no propósito destes estudantes/trabalhadores com mais força, decididos que se encontram a superar todas as desvantagens impostas, como coloca Bourdieu (2007, p. 41), por uma condição de classe:

Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o *cursus*, é legítimo apreender os efeitos desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais

chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às daquelas de um jovem da classe média.

Embora a Universidade faça parte dos planos de boa parte deles, esta vem a ser uma ideia cuja elaboração tardia na mente dos entrevistados lhes acarreta prejuízos. Pesa, neste sentido, o que o próprio Bourdieu (1992) vai chamar de transmissão do capital cultural, ou seja, a herança familiar nestes casos o que tem a oferecer é o trabalho como legado:

Como inexistente (para os batalhadores) o privilégio das classes dominantes da dedicação ao estudo como atividade principal e muitas vezes única, a apropriação de capital escolar e cultural vai ser, tendencialmente, menor que na verdadeira classe média. Como consequência, salvo exceções, o tipo de trabalho tende a ser técnico, pragmático e ligado a necessidades econômicas diretas. (SOUZA, 2012, p. 52).

Dentro das chamadas *disposições duráveis*, ou seja, “o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas” (WACQUANT, 2017, p. 214), o trabalho na confecção permanece como uma forte herança desses jovens tanto como prática de subsistência, quanto como novos empreendedores que aproveitam a experiência adquirida com os pais. Porém, considerando que as mesmas disposições “são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas” (Ibidem, p. 214), estariam estes jovens, diante do que a pesquisa relatou, apostando no estudo como via de transformação pessoal? Há um movimento em curso no sentido de superar a ideia de Ensino Médio enquanto o *fim dos estudos*? Caso haja, tende a se consolidar? Ou sucumbe diante de forças contrárias como o baixo capital cultural e uma escola que ainda se apresenta reprodutora? São questões de uma juventude em movimento...

4.2 Aspectos do trabalho na confecção e suas implicações no estudo

O perfil de menoridade do grupo entrevistado repercutiu fortemente na questão do local de trabalho dos entrevistados. Prevaleceu o fabrico e a facção (geralmente na própria casa ou na casa de parentes próximos), além da feira (quadro 22) que são espaços onde a informalidade pode prevalecer. Outros espaços como a lavanderia e a fábrica sequer foram citados provavelmente por já serem alvo de alguma fiscalização trabalhista e exigir a maioridade.

A feira que ocorre semanalmente aparece como um forte aspecto das jornadas extensivas. Isso vai acontecer porque são muitos os que acumulam a atividade de vendedor, o que compromete parte ou todo o final de semana dependendo da época e do dia de realização da feira. Segundo alguns deles,

quando a feira ocorre aos domingos não há descanso semanal, pois, a rotina da produção emenda com o expediente da venda que, por sua vez, quando termina já é o início da produção da semana que se inicia: *“A gente tira direto. Com o tempo acostuma”* RFA, grupo focal 01. Por isso, preferem a feira aos sábados para ter o domingo de intervalo, embora julguem ser um tempo pequeno para repor as energias como afirma PMS, grupo focal 02: *“Meu domingo é eu morta encima de uma cama”*.

Quadro 22 - Local de trabalho

Local de trabalho	Estudantes
Fabrico	21
Facção	25
Lavanderia	---
Feira	14
Fábrica	---
Outros ²⁰	10
Não informaram	9
Total	79²¹

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

A atividade de vendedor, no entanto, é secundária, cumulativa na maioria dos casos prevalecendo a de costureira para 31 dos entrevistados, seguida pelos que se dedicam ao aprontamento das peças (15 jovens), que em alguns casos também é secundária, ou seja, não é a que toma mais tempo nem a que gera mais renda (quadro 23). Há ainda os que acumulam três atividades seguindo um raciocínio que estabelece uma atividade principal (quase sempre a de costureira), mais uma atividade secundária, mais a de vendedor: *“porque, como o negócio é da gente (da família), é melhor fazer tudo do que pagar a outra pessoa de fora”*, diz GMS, grupo focal 02.

²⁰ Foram citados casa, escritório e casa do patrão.

²¹ A soma ultrapassou o número de entrevistados porque alguns informaram mais de um local de trabalho.

Quadro 23 - Atividade desempenhada

Atividade	Estudantes
Costureiro	31
Cortador de tecidos	5
Aprontamento de peças	15
Vendedor	11
Carregador	2
Patrão	3
Outras ²²	9
Total	76²³

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Como observado em outros estudos já abordados, o grau de parentesco nessas unidades produtivas ainda é muito significativo. No caso do grupo em questão, 31,6% dos estudantes trabalham para parentes, sendo pais e tios/primos os principais grupos de patrão (quadro 24).

Quadro 24 - Grau de parentesco com o patrão

Grau de Parentesco	Estudantes	Percentual
Não. Não sou parente do meu patrão	27	45%
Sim, sou filho (a)	19	31,6%
Sim, sou primo (a)	3	5%
Sim, sou tio (a)	---	0%
Sim, sou sobrinho (a)	8	13,3%
Sim, sou marido/esposa	---	0%
Outros ²⁴	3	5%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Dentre os que guardam essa relação de parentesco a percepção que tem do trabalho é um misto de vantagens e desvantagens. No campo dos prejuízos está o fato de o trabalho ocupar, na prática, todo o tempo do jovem. Estar em casa é estar

²² Foram citados auxiliar de costura, lixador, embaladora, travetador e limpador de pelos.

²³ A soma ultrapassou o número de entrevistados porque alguns informaram mais de um local de trabalho.

²⁴ Foram citados amigo, irmão e cunhado.

trabalhando. Isso ficou claro quando os estudantes nunca iam para casa quando, por algum motivo, a escola liberava mais cedo. Quando perguntados o porquê, são taxativos: *“porque vão botar a gente pra trabalhar mais cedo”*, afirma MJG, grupo focal 01, com a concordância dos demais.

O que se percebe é que alguém se beneficia dessa organização familiar do trabalho e esse alguém não é o jovem. O diálogo abaixo extraído no grupo focal 02 entre duas adolescentes de 15 anos e estudantes do 1º ano do Ensino Médio mostra o quanto muitos estão vulneráveis do ponto de vista das condições de trabalho mesmo estando em casa:

GMS: *_ lá em casa é minha mãe, meu pai, eu. Ainda tem uma afilhada da minha mãe, uma madrinha da minha mãe...*

Entrevistador: *_ isso é bom?*

GMS: *_ é mais ou menos. Eu acho, na minha opinião [...] se eu trabalhasse pra outra pessoa seria até melhor porque esse negócio de trabalhar junto com família é meio complicado.*

SNF: *_ porque mistura tudo. Mistura o serviço com amizade. Não acho certo. Agora mesmo, final de ano, o patrão fica mandando mensagem pra minha mãe reclamando, dizendo que as peças não ‘tá’ saindo, que não sei o quê [...]*

Entrevistador: *_ ele reclama a sua mãe?*

GMS: *_ é porque ele é da família.*

Para Souza (2012), o ambiente familiar ou parental não isenta o trabalho destes jovens da precariedade e do status de mercadoria, o que é próprio do capitalismo na sua fase atual.

Assim, encontramos pequenas oficinas de produção onde o trabalho era controlado segundo princípios fordistas. Em outros tipos de trabalho, as relações familiares de favor e proteção substituíam as relações impessoais para prejuízo dos trabalhadores que tinham jornada alongada de trabalho sem poder, reclamar do tio que havia lhe “dado” emprego. A regra fundamental é que parece não haver regra nesse heterogêneo mundo de produção familiar ou de produção de pequeno porte, tanto no campo quanto na cidade [...]

O pequeno proprietário da pequena fábrica de “fundo de quintal” não difere, muitas vezes, em termos de estilo de vida, do próprio trabalhador que emprega, muito frequentemente sem pagar direitos trabalhistas nem impostos de qualquer tipo [...] O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível (SOUZA, 2012, p. 56-57).

A vantagem principal da qual muitos fazem citação está na possibilidade de adequar-se ao tempo da escola: *“minha mãe não deixa faltar a escola”*, explica GMS, grupo focal 02. Curiosamente, apesar do baixo grau de formação desses pais como mostrado no quadro 21, existe a compreensão de que o jeans, por si só, não é

mais suficiente para estes jovens, o que faz (re)surgir a escola enquanto parte dos projetos de vida dessa juventude.

O aprofundamento no debate sobre o trabalho familiar fez despertar um dado até então pouco observado que é o fato de, contraditoriamente, o tempo da escola ser respeitado pelos padrões que guardam parentesco familiar, algo já presente nas conclusões de Lahire (1995, p. 334) quando afirma sobre seus estudos especificamente que “o tema da omissão parental é um mito”, no que se refere à suposta relação direta entre baixo capital cultural dos pais e fraco desempenho escolar dos filhos e completa: *“Nosso estudo revela claramente a profunda injustiça interpretativa que se comete quando se evoca uma ‘omissão’ ou uma ‘negligência’ dos pais”* (Ibidem, p. 334). O quadro abaixo mostra que 60% dos estudantes nunca precisaram faltar alguma atividade como provas ou seminários por causa do trabalho.

Quadro 25 - Estudantes que já faltaram provas por causa do trabalho

Resposta	Estudantes	Percentual
Já faltaram	24	40%
Nunca faltaram	36	60%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Considerando o baixo capital cultural decorrente da falta de escolarização desses pais como mostra o quadro 21, essa preocupação com o estudo dos filhos parece estar mais ligada a um entendimento do senso comum de que a escola é algo importante e deve ser mantida, mas sem uma clareza sobre o seu potencial transformador: *“minha mãe diz que quer que eu tenha o estudo que ela não teve”*, afirma MLS, grupo focal 01. Até porque, os pais que demonstram esse cuidado com o tempo da aula são os mesmos que dificultam algum tempo para os estudos em casa, como mostramos adiante no quadro 26 onde 68% dos estudantes consideram que o trabalho toma algum tempo que gostariam de dedicar aos estudos e também no quadro 26, onde verifica-se que 70% deles conseguem chegar na escola sem atrasos.

Para compreender o papel que a escola desempenha na vida de cada um desses estudantes/trabalhadores faz-se necessário, antes de tudo, saber como ela disputa (e a palavra é essa mesma) o tempo dos estudantes com o trabalho.

O trecho da composição *Capitão de Indústria* reproduzido abaixo ilustra a partir da linguagem musical, uma dura realidade revelada pelo resultado dos questionários:

Eu às vezes fico a pensar

Em outra vida ou lugar

Estou cansado demais

Eu não tenho tempo de ter

O tempo livre de ser

De nada ter que fazer

É quando eu me encontro perdido

Nas coisas que eu criei[...]

Eu acordo pra trabalhar

Eu durmo pra trabalhar

Eu corro pra trabalhar [...]

VALLE, M; PAULO, S. **Capitão de Indústria**. Intérprete: Os Paralamas do Sucesso. In: 9 Luas. EMI, 1996. 1 CD.

Tomando por base as 8 horas diárias de trabalho, parâmetro que moveu as lutas operárias da Revolução Industrial e ainda hoje é ratificado pela CLT, questionamos cada estudante sobre quantas horas por dia²⁵ são ocupadas pela jornada da confecção. Para 35 deles (58,3%) a jornada diária ultrapassa as 8 horas, enquanto que 25 (41,2%) estão nesse limite ou abaixo dele, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 26 - Jornada diária de trabalho

Jornada	6 h	7 h	8 h	9 h	10 h	11 h	12 h	Mais	Total
Estudantes	12	6	7	9	12	3	9	2	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Considerando que, no caso da manhã e da tarde, o turno escolar ocupa 4:30 h da rotina do estudante (os horários são de 7:30 h às 12 h e das 13 h às 17:30 h, respectivamente), e 3:20 h dos que estudam a noite (18:40 h às 22 h) fica possível imaginar, no caso dos 25 jovens que trabalham até 8 horas, que ainda com dificuldades e em pé de desigualdade com estudantes das classes média e alta, esses jovens consigam ajustar seu dia de modo a contemplar trabalho e estudo.

²⁵ Até este ponto da pesquisa tratamos da jornada diária excluídas as horas extras.

No caso dos estudantes do turno vespertino essa rotina é bem singular, haja vista que iniciam o expediente laboral por volta das 7:30 h da manhã, param pra ir à escola e a noite voltam para uma segunda etapa de trabalho: *“meia horinha pra jantar e já entra na máquina”* PMS, grupo focal 2. Perguntados se isso não dificulta, responderam: *“É ruim porque a gente chega na escola com a cabeça cheia”* FBS, grupo focal 2; *“é melhor tirar direto”* VCB, grupo focal 2, se referindo ao fato de que trabalhar manhã e tarde e estudar a noite facilita a organização das tarefas. Há, segundo a secretaria da escola, uma lista de estudantes esperando vaga para o turno da noite tanto pela facilidade de ajustar os horários quanto pelas oportunidades de emprego que se tornam mais amplas, como explica ECG, do grupo focal 3: *“quem estuda a noite tem mais condições para arrumar serviço”*.

Já para o percentual cuja jornada, literalmente, descamba para 10, 12 ou até mais horas de trabalho por dia, as implicações são bem mais graves na trajetória estudantil, uma vez que existe uma série de atividades extraclasse que são cobradas pelos professores e espera-se que os estudantes deem conta. Em se tratando do Ensino Médio, são cobrados, também, por uma postura autônoma diante do aprendizado com iniciativas de conta própria que envolvam leituras, pesquisas e produções fora do espaço/tempo limitado da aula. Daí a pergunta: em que momento do dia esses estudantes dão conta das atividades encaminhadas pelos professores?

As respostas variadas partiam de um mesmo ponto: é impossível para esses estudantes elaborar qualquer planejamento de estudo que lhe exija um mínimo de tempo: *“geralmente faço essas atividades no recreio ou na aula de outro professor”* TPF, grupo focal 2; *“Faço depois da meia noite quando me levanto da máquina”* MMB, grupo focal 01; ou ainda: *“No tempo fora da escola não encaixa. Como? Se a gente vai até 10, 11 horas da noite?”*, respondeu LMF, grupo focal 1 que estuda pela manhã. Nesse sentido:

A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. Esse fator é fundamental porque o aguilhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental. (SOUZA, 2012, p. 51).

Esse conflito reverberou muito claramente após a implementação da política de Educação Integral em Pernambuco iniciada em 2008. Com a determinação do

Governo do Estado de que toda cidade deveria ter pelo menos uma Escola Integral, Toritama vivenciou uma realidade peculiar.

Em 2012, a Escola Protázio Soares entrou neste Programa passando a exigir dos seus alunos a permanência de dois turnos (no caso, manhã e tarde), três dias por semana. Esta escola junto com a Escola Estelita Timóteo, foco da nossa pesquisa, são as únicas da rede pública a oferecer o Ensino Médio em Toritama. A Estelita Timóteo passou a ser a única em horário regular, ou seja, onde os estudantes cumpririam apenas um turno sendo manhã, tarde ou noite.

Tal determinação da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco provoca uma constante fuga da escola que é integral para a escola que é regular e o principal argumento dos estudantes é que, passando mais tempo na escola o jovem terá menos tempo para o trabalho. Se for familiar, prejudica a produção, se não for, torna-se difícil o emprego pois os empresários rejeitam. Para evitar a debandada da escola Integral a própria Secretaria de forma arbitrária, impede que os pais e responsáveis escolham onde vão matricular seus filhos, o que gera aflição no âmbito das famílias mais carentes porque o estudo integral é incompatível com a necessidade de trabalhar.

Podemos supor, a partir dessa problematização, que há um esforço por parte dos estudantes em permanecer nas escolas com o aval de suas famílias e forçar o ajuste de tempo com o trabalho, daí a investida nas duas estratégias que são tentar uma vaga no turno da noite e preferir a escola que exige menor carga horária, ou seja, a regular, no caso, a Estelita Timóteo que exige um turno, à integral, no caso a Protázio Soares que exige dois.

Se por um lado, os dados da Secretaria mostram que há evasão (no quadro 6 comparamos o número de matriculados do 1º e do 3º anos), por outro a pesquisa mostrou que ela pode existir enquanto o último recurso, isso quer dizer, quando esgotadas todas as possibilidades de conciliar as duas obrigações. Estariam surgindo formas de questionamento dessa “supremacia” do trabalho entre estes estudantes/trabalhadores?

Mesmo com toda essa discussão sobre a amplitude da jornada de trabalho e o quanto de tempo ela ocupa na ordem do dia dos estudantes, em Toritama ainda se impõe um prolongamento que se soma a esta jornada já esticada quase ao máximo, é o chamado serão. Os quadros 27 e 28 mostram a quantidade de estudantes que fazem serão e a média de horas excedentes:

Quadro 27 - Estudantes que fazem serão

Descrição da Frequência do Serão	Estudantes	Percentual
Sim, faço serão praticamente toda semana.	36	60%
Sim, faço serão só na época das vendas aquecidas.	15	25%
Não, não costumo fazer serão.	9	15%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Quadro 28 - Tempo médio de serão por dia

Tempo Médio	Até 1h	Até 2h	Até 3h	Até 4h	Até 5h	Mais de 5h	Total
Estudantes	4	11	22	5	3	6	51

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Dentre os estudantes entrevistados, apenas 9 (15,0%) não estão submetidos à prática do serão. Para outros 15 (25%) essa é uma realidade apenas nas chamadas *feiras boas* que correspondem às épocas de maio/junho e novembro/dezembro segundo eles próprios. A absoluta maioria afirmou que o expediente do serão faz parte da rotina semanal, é o caso de 36 deles (60%), que afirmaram prolongar essa jornada duas ou três vezes por semana. (quadro 28). Em Toritama, soa como um contrassenso chamar o serão de *hora extra* pelo fato desta ter perdido o seu caráter de extraordinário: *“Toda semana tem. De ganhar dinheiro ganha, mas, em compensação o cansaço é grande”*, ACS, grupo focal 03.

Para boa parte dos entrevistados a duração destes serões não ultrapassa as 3 horas, o que é muito já que se trata de horas além do previsto. Contudo, chama atenção os 6 estudantes que informaram mais de 5 horas por serão e outros 8 que falaram em 4 e 5 horas a mais. Tais respostas geraram, a partir de um raciocínio simples, mas necessário, a seguinte curiosidade: se o estudante permanece na escola 4:30h, trabalha na rotina outras 8 ou 10h, faz mais um serão de 6h como? Em quais circunstâncias isso é possível? Além do deslocamento, descanso, banho, alimentação e outras atividades do dia. A segurança da informação assegura a veracidade da pesquisa e a entrevista foi ainda mais essencial na elucidação e aprofundamento deste ponto do questionário.

Parte da explicação está no fato de o trabalho ser em família e em casa. Na cabeça de muitos estudantes não há uma demarcação nítida entre a hora de chegar

e a hora de sair: *“É em casa mesmo meu trabalho. Tem hora pra começar, mas pra terminar, não”*, FBS, grupo focal 02. O trabalho por produção associado a estas relações domésticas impedem que os estudantes busquem outras alternativas, ou seja, para eles *“inexiste o privilégio da escolha”*, como afirma Jessé Souza (2012, p. 52) se referindo aos *batalhadores*.

Essas jornadas excessivas que somam 16, 18 ou até 20 horas ininterruptas existem em casos pontuais como o de FVA, grupo focal 02: *“Viro a noite da sexta trabalhando pra não trabalhar o sábado”*, ou no caso dos que atuam na produção e na venda que afirmam que muitas vezes terminam de *“aprontar as peças”* já na hora de ir pra feira.

Nesse mesmo pano de fundo está o percentual de estudantes que trabalha sábados, domingos e feriados como mostra o quadro 29:

Quadro 29 - Trabalho aos sábados, domingos e feriados

Trabalham?	Estudantes
Sim	48
Não	12
Total	60

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Na trajetória escolar as implicações desse movimento são complicadas em função, primeiramente, do desgaste físico ao qual os estudantes são levados. Em segundo, pelo fato de a escola não ser preparada²⁶ e estruturada para lidar com esta que é uma especificidade da região:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (BOURDIEU, 2007, p. 53).

O que Bourdieu (1992) chama de *ignorar as desigualdades culturais* pôde ser visto muito fortemente a partir do momento em que os dados da rede de ensino de Pernambuco passaram a ser informatizados. O que é um avanço para a gestão da rede tronou-se um pesadelo para muitos estudantes trabalhadores.

Como todos os dados da rede de ensino são computadorizados, a reprovação por falta no sistema passou a ser uma preocupação de primeira ordem para os estudantes. Antes, quando estes dados eram somados na escola, contavam com a

²⁶ Aqui nos referimos à escola em geral, enquanto instituição e não somente à escola pesquisada.

flexibilização de justificar verbalmente algumas faltas decorrentes do trabalho. As negociações entre estudantes e professores levavam em conta essa realidade adversa não no sentido de burlar regras, mas sim, de adequar o processo de ensino-aprendizagem à essa demanda local.

Com os dados informatizados e um sistema mais rígido, alheio a estas particularidades, vem o receio de *perder* o ano e, por isso, evitam ao máximo faltar à escola, mesmo nos dias em que o trabalho leva à exaustão. A presença na escola é confirmada ainda que eles apenas emprestem o corpo à sala de aula, quase sempre para dormir, com baixíssimo aproveitamento pedagógico.

Com o andamento da pesquisa foi se percebendo que a chave para o entendimento da trajetória desses estudantes/trabalhadores estava na compreensão, cada vez maior, do dia a dia desses sujeitos. Daí o debate sobre como eles lidam com as atribuições da escola mediante as exigências do trabalho. Afinal, sendo este cotidiano um território de desigualdades, sua naturalização vai acarretar em injustiças invisibilizadas. Os quadros 30 e 31 aprofundam questões sobre como a jornada interfere na escola com consequências mais diretas:

Quadro 30 - Conseguem conciliar os horários do trabalho e da escola?

Pergunta	Estudantes	Percentual
Sim, consigo sair do trabalho e chegar na escola sem atrasos.	42	70%
Em partes. Às vezes estendo o horário do trabalho e atraso a escola.	12	20%
Não. A saída do trabalho sempre compromete a chegada na escola.	6	10%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

O objetivo da pergunta do quadro 30 foi sondar junto aos estudantes se eles conseguem conciliar os horários do ponto de vista logístico, ou seja, com relação a tempo e deslocamentos. Para a grande maioria formada por 42 estudantes (70%) é tranquilo conciliar esses horários. Diante desse resultado até certo ponto inesperado, haja vista que, consideradas as longas horas dedicadas ao expediente “normal” e ao serão, era de se imaginar que esses estudantes enfrentassem alguns atrasos, colocamos a questão para os grupos focais.

Constatou-se a partir das entrevistas que essa maioria é composta por estudantes mais jovens da manhã e da tarde, que a disponibilidade para a escola é

assegurada pelos patrões sejam eles da família ou não. No caso de serem pais ou mães esse horário é inviolável: *“Ah! Pra minha mãe o tempo da escola é sagrado”*, afirma LMF, grupo focal 01. Mesmo nos casos em que o jovem não tem parentesco com o patrão alguns acordos prévios com os responsáveis garantem o período da escola, ainda que fora dela não sobre tempo para as atividades extraclasse como já refletimos aqui. Outros ainda afirmam que são pontuais porque *“na escola é um tempo em que a gente descansa”* RFA, grupo focal 01. É a mesma lógica dos estudantes que permanecem na escola com a *aula vaga* no objetivo de protelar um pouco o horário de *‘ir pra máquina’*.

Considerando as duas variáveis (tempo e deslocamento) a angústia maior prevalece entre os estudantes da noite, o que vai representar 18 estudantes (30%), sendo que para 12 deles (20%), às vezes estende o horário de trabalho, que resulta em atraso à escola, enquanto que para outros 6 estudantes (10%), *“a saída do trabalho sempre compromete a chegada na escola”*. O problema vem a ser o curto intervalo entre a hora de sair do *“fabríco”* e a de chegar na escola: *“porque não tem como ir direto. A gente precisa passar em casa pra pegar o material e tomar um banho quando dá tempo”* BLO, grupo focal 03.

Foi constatado que a possibilidade de uma flexibilização no horário de trabalho é, praticamente, nula, ao passo que muitos afirmaram que só conseguem chegar na escola após o fechamento dos portões (às 19:20h, no caso dos estudantes da noite), e que só entram quando falam com a gestão. Contam com a flexibilização da escola, mas do trabalho, não.

Se concordarmos que a inserção precoce desses jovens no mundo do trabalho, da forma peculiar como acontece em Toritama, faz com que esse trabalho se torne a referência que direciona o seu modo de pensar e agir produzindo, portanto, *“uma formação durável, isto é, um habitus”* (BOURDIEU, 1992, p. 44), teremos nos dados do quadro 31 uma presunção a ser examinada.

Quadro 31 - Considera que o trabalho toma algum tempo que gostaria de dedicar aos estudos?

Pergunta	Estudantes	Percentual
Sim	41	68.3%
Não	19	31,7%
Total	60	100%

Fonte: Questionário apêndice 01 (2019).

Para a presente pesquisa, obter como resultado um percentual de 68,3% de estudantes que demonstram alguma preocupação com o tempo para a escola foi algo imprevisto, já que prevalecia, subjacente à hipótese, a ideia de que o trabalho afetava os estudos com uma certa permissão dos estudantes em função, principalmente, dos ganhos imediatos. Na direção contrária, o dado aponta para uma outra visão da relação trabalho/estudo: *“Assim, como eu trabalho em casa... por mim, dividia o tempo. Uma parte eu costurava e outra eu estudava”*, afirma VCB, grupo focal 02.

4.3 Estudar, trabalhar e projetar o futuro: uma combinação possível?

Esse movimento passa a ficar mais claro a partir da análise da última questão do formulário de pesquisa: *quais seus planos e objetivos a serem perseguidos após o fim do Ensino Médio?* Por ser a única questão aberta do formulário, os estudantes podiam discorrer sobre suas respostas com liberdade total de argumentos. É tanto que um deles respondeu que seu objetivo era se tornar um grande corredor de vaquejada.

O fato é que, diante desse universo de possibilidades, o curso superior foi citado por 76,6% dos estudantes. Independente do termo utilizado, seja *“fazer faculdade”*, *“entrar numa universidade”* ou *“estudar biomedicina em Caruaru”*, o que ficou claro é que a percepção da continuidade dos estudos entre estes estudantes/trabalhadores mostrou-se um propósito, por isso a angústia da falta de tempo indicada no quadro 31.

Revelada com destaque, essa disposição de investir no ensino superior traz o debate sobre até que ponto o trabalho na confecção permanece financeiramente rentável e compensador, já que os estudantes começam a vislumbrar outras perspectivas menos imediatistas. Por tabela, seria o começo da desconstrução da ideia de ensino médio enquanto o *fim dos estudos* que era, de início, um ponto de partida da nossa hipótese. Nestes casos, MINAYO (2016, p. 56 e 57) adverte que o pesquisador:

[...] não deve ser um formalista que se apegue à letra do seu projeto e nem um empirista para quem a realidade é o que se vê, ‘a olho nu’, ou seja, sem o auxílio da contextualização e dos conceitos. Nem um nem outro, sozinho, contém a verdade.

Algumas respostas que foram permitindo este novo olhar vieram num tom mais duro em relação ao trabalho com o jeans: *“Eu tenho vários pensamentos mas, com certeza, ir embora pois não aguento mais Toritama”*, PMS, grupo focal 02; *“Não*

pretendo ficar o resto da minha vida dependendo do jeans, quero procurar uma faculdade e pagar caso não consiga bolsa. Quero correr do jeans”, GMS, grupo focal 02. Ao que parece, essas opiniões radicalizadas expõem um conflito entre a história do jeans na cidade ainda sob o espectro da riqueza e da prosperidade e a realidade atual de quem está na ponta da produção com baixos salários e precarização. Seria, portanto, “*um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam*” nas palavras de WACQUANT (2017, p. 215), complementando sua reflexão sobre o *habitus* em Bourdieu (1992) afirmando que “*como ‘história tornada natureza’, o habitus “é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato”* (ibidem, p 215). Seriam estes estudantes/trabalhadores resultado desse processo?

Essa compreensão que pouco a pouco vai se estabelecendo entre os jovens está longe de ser a diluição dos conflitos inerentes ao estudante/trabalhador, nem tampouco significa que estão criadas as condições práticas e simbólicas de seguir carreira universitária, mas que, de alguma forma, dentro das suas possibilidades, há formas de questionamento da sua realidade. Se compreendermos que para Bourdieu (1992, p. 46) “a teoria do habitus como princípio unificador e gerador das práticas permite compreender que a durabilidade, a transferibilidade e a exaustividade de um habitus estejam fortemente ligadas aos fatos”, podemos inferir que, por mais que comecem a almejar o ensino superior, o trabalho na confecção da forma como se impõe gera diversos obstáculos. No entanto, o próprio Bourdieu (1992) ao compreender o habitus como um “*sistema durável e transponível*” (ibidem, p. 47), permite perceber como e por quê novas práticas podem surgir a partir das contradições da própria sociedade em movimento. Para WACQUANT (2017, p. 2014):

Bourdieu propõe que a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais, nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos; é, antes “o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, apreciações e ações* e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas” adquiridos numa prática anterior.

É dentro destas contradições que parece surgir essa concepção de escola que é mais vivenciada do que, necessariamente, refletida pelos estudantes. Ainda segundo Bourdieu (1992, p. 47) “um mesmo habitus pode engendrar tanto sua

prática quanto o seu inverso”. Daí, a aposta no ensino superior como forma de manifestar um certo desencanto com a confecção: *“eu não quero morrer nisso”* JRS, grupo focal 02.

Na linha da reprodução social, segundo Bourdieu (1992), a escola transforma “diferenças sociais em desigualdades socialmente legitimadas, naturalizadas como decorrente de aptidões e/ou esforços individuais, negando e camuflando, assim, o privilégio cultural dos alunos oriundos das classes dominantes” (RESENDE, 2017, p. 327). Mesmo considerando que, para alguns “A sociologia bourdieuse desenha um quadro bastante pessimista da função da escola, percebida como uma instância de reprodução social” (JOURDAIN, 2017, p. 80), percebemos que, paradoxalmente, é na escola que estas disposições se fazem perceber, quer dizer, mesmo sendo espaço de reprodução, é a partir dela que estes jovens vislumbram possibilidades de transformação.

Mesmo considerando essa visão reprodutora de escola não se pode negar que ela ainda é uma referência desses jovens, tanto pelo espaço físico que é a condição primeira destas disposições, isto é, é a presença na escola que garante ao jovem o predicado de estudante, quanto por corresponder a uma das etapas rumo ao ensino superior tão mencionado. Isto não quer dizer que, enquanto instituição, a escola tenha adquirido o potencial transformador que tanto se almeja, mas que, para estes estudantes/trabalhadores ela tem sua relevância, assim como o trabalho na confecção. A questão são os conflitos entre um e outro no percurso desta juventude.

Nesse sentido, na linha de interpretação que sugere uma “formulação de uma teoria da ação disposicionalista e contextual, sensível à escala individual do mundo social”, (BLANCO, 2015, p. 283), podemos apurar, a partir de Lahire, quais circunstâncias estão fomentando estas disposições, sob a influência de quais acontecimentos e como os estudantes/trabalhadores lidam com as dificuldades da escola e a ausência de um capital familiar que pudesse lhes favorecer nessa “nova” empreitada.

Ao perceber herança cultura e o desempenho escolar como um movimento contraditório, Lahire (1995) possibilita uma análise que:

[...] traga à tona as variações individuais de esquemas de ação (disposições) assimiladas pelos atores no decorrer de suas vidas – tendo em mente que novos quadros de socialização podem engendrar novas disposições. A ação nesse caso dependerá das situações (contextos) que serão as molas que projetarão o indivíduo a determinada prática. (RODRIGUES, 2018, p. 283).

Esse conjunto de disposições que pouco a pouco vai influenciando uma outra visão e outra postura desses estudantes frente ao dilema estudo/trabalho é algo recente. Não se pode precisar quando surgiu e não há, até onde se sabe, alguma pesquisa quantitativa comparando quantos egressos do ensino médio de 10, 15 anos atrás avançaram para o superior e quantos estão avançando hoje. O que se percebe na observação dos professores mais antigos, dentre eles este pesquisador, é toda uma movimentação ainda em passos iniciais, em torno dos preparativos para a faculdade diferente de tempos atrás.

Tal situação implica, quase que necessariamente, que estes jovens e suas famílias passem a reconhecer de forma explícita ou não, uma certa importância da escola nas suas trajetórias, ou mesmo uma “integração simbólica do ‘escolar’” (LAHIRE, 1995, p. 344) nas suas vidas:

Se, por um lado, a escola não é uma preocupação primordial dos pais [...], eles controlam o comportamento dos filhos na escola, pois pensam que a escola serve para ensinar uma profissão que não seja “dura e suja” e evitar o desemprego.

Mas, o que estaria gerando estas novas expectativas nos estudantes? O *capital familiar*, do ponto de vista da formação do *habitus*, como vimos, não tem contribuído para inculcar disposições nos jovens da Escola Estelita Timóteo, de modo a fazê-los projetar uma situação melhor no futuro a partir dos sacrifícios no presente. No curso da pesquisa duas motivações puderam ser apuradas.

De início, uma possível explicação para o surgimento desse novo *habitus*, a nosso ver, pode ser o elemento das políticas públicas que permitiram uma melhoria das oportunidades de trabalho e renda, bem como o acesso ao Ensino Superior que encontra uma ressonância direta com essas novas disposições dos estudantes. A ampliação do FIES e a criação do PROUNI (2005) e do SISU (2010) permitiu a muitos jovens enxergar a universidade um horizonte bem mais próximo:

Como toda política pode ser analisada como um caleidoscópio, não será diferente com o Prouni, que recebeu adesões e também inúmeras críticas. Apesar de poder ser inserido no âmbito de discussões das políticas neoliberais, para atender a interesses do mercado, não se pode desconsiderar o valor que esta política representou para aqueles que somente puderam concluir o ensino superior e uma formação qualificada graças ao Prouni [...] (CÁRIA; SIQUELLI, 2016, p. 34).

Mesmo existindo um debate sobre o caráter neoliberal desta política pública, o fato é que, atualmente, o PROUNI, segundo Rodrigues (2020), oferece mais de 250 mil bolsas de estudo direcionadas a jovens oriundos das camadas populares, oportunizando o acesso à universidade a esta fração da sociedade. Com os

estudantes/trabalhadores pesquisados não foi diferente como afirma a docente Maria Elízia de Souza Andrade que leciona na Escola Estelita Timóteo desde 2013:

Alunos de oito, seis anos atrás não tinham tanta perspectiva de Ensino Superior porque eles não conseguiam enxergar uma facilidade em oportunidades. Acho que a palavra é oportunidade. Existia FIES [...] PROUNI... Existiam já todos esses programas, mas eles eram de certa forma mais limitados. Então não havia essa perspectiva tão grande de continuação nos estudos dos alunos [...]

Nessa perspectiva, observamos que estudantes egressos da escola que se valeram destes programas servem de estímulo para os que estão cursando o Ensino Médio: *“Tem muito aluno do Estelita que conseguiu. Meu primo mesmo foi um. Por quê a gente também não consegue?”*, afirma LMF, grupo focal 03. Ao que parece, entre estes estudantes/trabalhadores a função de fomentar a promoção à Universidade que nas classes média e alta flui naturalmente por meio do *capital familiar* (SOUZA, 2012), vem sendo, de certa forma, desempenhada pelos que superaram os obstáculos e alcançaram o ensino superior.

Além dessa possibilidade de acesso à universidade por meio das políticas públicas, um segundo aspecto fortemente observado foi a falta de perspectiva com o trabalho na confecção da qual o diálogo no grupo focal 02 faz referência:

JRS: _ entrar numa faculdade ou fazer outra coisa pra sair desse inferno

Entrevistador: _ por que um inferno?

JRS: _ trabalha muito e ganha pouco.

À exceção de alguns poucos entrevistados com oportunidades reais de se tornar patrões, a grande parte dos jovens reflete essa visão que parece ser um reflexo da posição que essa maioria ocupa na cadeia do jeans. Por um lado, não há preocupação com o desemprego, mas por outro, a ascensão e o enriquecimento que eram realidades palpáveis anteriormente, hoje não são mais em função, dentre outros, do próprio universo de pessoas que recorrem à confecção como meio de vida. Segundo o SEBRAE (2019), a concorrência é o principal obstáculo ao crescimento para 81,48% dos empresários de Toritama.

A limitação de tempo imposta pelo trabalho na confecção é o impacto mais visível no cotidiano dos estudantes. Ela tanto compromete a disponibilidade para o estudo dentro e fora da escola, quanto implica nas condições gerais de aprendizado por causa do desgaste físico. As entrevistas, por sua vez, dão a entender que esse trabalho mesmo sendo o sustento de cada um, produz o seu próprio avesso, ou seja, a vontade ou a projeção de sair dele.

O *habitus* de cumprir o Ensino Médio como uma mera formalidade a fim de *terminar os estudos* estaria dando lugar a um jovem que pensa a vida adulta com outras possibilidades para além da confecção? Se sim, temos um cenário no mínimo desfavorável para o estudante/trabalhador em função das limitações impostas pelo trabalho, com destaque para a falta de tempo e o desgaste físico, fatores diretamente ligados às jornadas prolongadas. Na mesma direção, se hoje muitos se dizem predispostos a galgar o ensino superior como forma de se dedicar, no futuro, a algo menos desgastante e, com isso, ganhar em qualidade de vida, enxergando, para tanto, nas políticas públicas de acesso à universidade uma possibilidade real, muitos são os obstáculos destes jovens no sentido de superar a ausência do capital familiar e a escolarização deficitária, com vistas a uma formação qualificada. Seria este o pano de fundo de uma transformação em curso?

A resposta dos entrevistados do grupo focal 01 à pergunta sobre o que iriam fazer após o término do Ensino Médio são ilustrativas: *“trabalhar só que em outro lugar, fora daqui”* LMF; *“trabalhar e se formar. Encontrar uma forma de conciliar os dois”* MMP; *“trabalhar e fazer concurso público”* CJT; *“trabalhar e tentar conciliar o horário de trabalho com o horário de estudo”* RFA; *“trabalhar e tentar estudar”* MJG; *“trabalhar e tentar conciliar com os estudos sem tirar meu lazer que, no caso, é a musculação”* WPS; *“trabalhar e tentar conseguir o dinheiro da faculdade”* PAO; *“no meu caso eu ia conciliar mas não vai dá. Então eu vou focar no trabalho porque eu estou fabricando”* KFT.

À exceção da última estudante, todos os outros apontaram para direcionamentos que não têm a confecção como rota principal, pelo menos não na atividade que desempenham hoje. No entanto, há um traço comum a todos nesse movimento que a recorrência do verbo *trabalhar*, o que é de se esperar por ser este (no caso, o trabalho na confecção) o aspecto mais contundente da herança familiar. Não obstante, ao passo que enfatizam este legado, manifestam, também, uma ressalva que lhe atribui um certo caráter transitório, isto é, permanecem neste trabalho até que uma outra realidade vislumbrada se torne concreta.

No entendimento de Lahire (1995) que se dedicou com afinco à questão, a família.

[...] é o espaço primário [...] onde se começa a estabelecer o patrimônio de esquemas de ação individual, mas será posta em xeque a ideia de universo familiar homogêneo, harmonioso, indiferenciado, etc. (RODRIGUES, 2018, p. 32).

Assim, a partir de uma crítica afiada à ideia de “*transmissão*”, ele defende que:

[...] é mais provável encontrar atores individuais com disposições heterogêneas e contraditórias, do que atores com coerência e homogeneidade dos esquemas que compõem o patrimônio de disposições. (RODRIGUES, 2018, p. 31).

Por parte dos estudantes/trabalhadores de Toritama, podemos depreender que a não existência de “um vínculo mecânico e direto entre grau de ‘sucesso’ escolar dos filhos e grau de escolaridade dos pais” (LAHIRE, 1995, p. 345) fica clara ante o percentual que rumo ao ensino superior mesmo sem um referencial familiar para tal. Nestes casos, a *ação individual* influenciada e motivada por fatores externos, é claro, permite (ou vem permitindo) que estes jovens busquem transformações em suas realidades e não necessariamente reproduzam as disposições herdadas. Casos estes que Lahire (1995, p. 32-33) também evoca a *ação individual*:

Não se trata de capitais que circulam, mas de seres sociais que, nas relações de interdependência e em situações singulares, fazem circular ou não, podem “transmitir” ou não, as suas propriedades sociais. Dessa forma, nunca devemos esquecer que estamos diante de seres sociais concretos que entram em relações de interdependência específicas, e não “variáveis” ou “fatores” que agem na realidade social.

Ao que por ora se apresenta, essa disposição observada nestes estudantes/trabalhadores é algo que se revela conflituoso, se apresenta como um caminho edificante mas, ao mesmo tempo, gerador de muitas incertezas: se vão ou não conseguir o curso desejado; se chegarão ou não bem preparados para a prova do ENEM; se vão conseguir atuar em Toritama depois de formados; se “*o prefeito*” vai ou não “*dá*” o ônibus para o deslocamento já que a cidade não tem universidade; além do *fantasma* da escola particular que prepara bem melhor que a pública e a preocupação mais urgente que, por sinal, é a mesma do ensino médio: a conciliação com o trabalho na confecção que parece ser, na vida destes jovens, a permanência no interior das mudanças que se ensaiam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de estudante/trabalhador inerente aos sujeitos entrevistados nesta pesquisa jamais deve ser interpretada como um mero acúmulo de funções. Isso porque, em se tratando de adolescentes e jovens essa sobrecarga vai repercutir em questões como a eficácia do processo educativo, a inserção qualificada no mercado de trabalho e o exercício crítico da cidadania. Se considerarmos ainda, que cerca de 57% deles vêm de famílias que sobrevivem com até 2 salários mínimos, a reprodução da desigualdade social surge como uma fatalidade.

Considerando o cenário econômico brasileiro é compreensível que muitos jovens se dediquem a estudo e trabalho de forma simultânea. A questão com a qual esbarramos é como os de Toritama, ocupados na confecção em diferentes atividades mais ou menos rentáveis, diante das exigências dessa cadeia de produção, dos conflitos que são próprios da juventude e da escola pública com sua defasagem simbólica e estrutural, conseguem esperar-se nos seus projetos de vida cientes de sua inserção nessa realidade adversa?

No campo das Ciências Sociais essa juventude tem sido objeto de alguns estudiosos. Destacamos no âmbito das produções do TDEPP (Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas) os trabalhos de Silva (2009) e Neves (2019), ambos com foco na problemática dos jovens em diferentes cidades abarcadas pela economia do Polo.

O modo de viver e pensar assumido por esta parcela da juventude está, obviamente, bastante condicionada aos limites e possibilidades do seu espaço e seu tempo, ou seja, uma Toritama sem muitas alternativas de trabalho fora da confecção. Isto para um perfil de jovem que, nascido nos primórdios do século XXI, presenciou (ou conhece relatos de pessoas próximas) a época do jeans enquanto fonte segura de enriquecimento.

Os próprios altos e baixos da economia de Toritama que compreendem a prosperidade e o declínio do calçado, o desenvolvimento da confecção, os seus tempos áureos e à situação atual são pontos conjunturais que construíram essa realidade encontrada pelos jovens na medida em que eles se descobriam enquanto tais. Ao situar seu conceito de *batalhadores* no campo da dinâmica macroeconômica, Souza (2012) permite analisar o papel destes

estudantes/trabalhadores nesse cenário mais amplo, muito além do contexto local no qual muitos pensam estar circunscritos:

O capitalismo não constrói novas ideias, mas, antes de tudo, mobiliza as construções simbólicas já existentes e que desfrutam de alta penetração social em cada contexto, conferindo-lhes um sentido novo que permita adaptá-las às exigências da acumulação de capital (SOUZA, 2012, p. 30).

Do ponto de vista da interpretação qualitativa dos dados foi pertinente considerar os aspectos da macroeconomia mesmo que a maior parte desses jovens esteja voltada para as preocupações mais imediatas. Nesse quadro globalizado as cadeias produtivas locais estão cada vez mais suscetíveis aos impactos das decisões mundializadas. Tanto Toritama que ostenta uma das maiores produções de jeans do Brasil quanto o próprio Polo de Confeções do Agreste como um todo não podem estar alheios a esta conjuntura.

No campo social lidamos com o recorte de juventude muito próprio de um país em desenvolvimento como o Brasil, jovens que acumulam trabalho e estudo, desprovidos de políticas específicas para sua faixa etária, inseridos numa escola pública historicamente desgastada.

Sob esse panorama analisamos como o trabalho interfere na trajetória escolar dos estudantes de ensino médio da escola Estelita Timóteo considerando o elemento peculiar de Toritama que é a atividade da confecção, com sua dinâmica acelerada e seu alcance na economia e no cotidiano da cidade. As respostas não são uniformes e demonstram que transformações estão em curso. Há ainda os jovens cujas disposições apontam para a permanência na confecção da forma como está, ao lado de outros que perseguem outros horizontes tendo o ensino superior como norte. Para os primeiros a escola permanece num lugar secundarizado enquanto que, para os últimos tende a ser ressignificada. A ideia é de que, a partir do presente trabalho, o componente curricular de Sociologia possa fomentar o debate sobre estas disposições a fim de contribuir com o esclarecimento cada vez maior dos estudantes sobre os limites e possibilidades de cada uma delas, bem como problematizar junto ao corpo docente a forma como a escola está lidando com a questão. O desafio que se impõe ao ensino de Sociologia nesta escola e, conseqüentemente, aos professores da disciplina é a desnaturalização destas relações de trabalho que muitas vezes se mostram violentas.

A informalidade permanece como um traço marcante da cadeia da confecção na região e o caráter familiar nas relações de trabalho é uma realidade para 55%

dos entrevistados. Tais circunstâncias se mostraram diretamente ligadas ao nível de precarização das atividades desempenhadas pelos estudantes/trabalhadores. Enquanto o grau de parentesco com o patrão antecipa a entrada destes jovens no mercado de trabalho e absorve maior parte do tempo comprometendo não só estudo, mas também lazer, a informalidade impede o acesso a direitos como férias, previdência e à seguridade social como um todo. Esta é a condição que submete os 95% dos entrevistados que não são donos dos seus empreendimentos.

Considerando esse cenário onde um jovem se vê obrigado a conciliar trabalho e estudo é bem possível o prognóstico de que a sua trajetória escolar é que seja dificultada, isto por tratar-se de uma configuração de juventude muito própria das camadas populares onde a manutenção da fonte de renda é mais urgente.

Ainda que os estudantes/trabalhadores da *Capital do Jeans* não fujam a este padrão, o desejo manifesto de enveredar pelo ensino superior deixa questionamentos no que diz respeito à concepção de ensino médio enquanto o *fim dos estudos*. Outrora muito recorrente entre os jovens da cidade, este entendimento estava muito embasado numa autossuficiência financeira proporcionada pela confecção e refletia num certo desprestígio do conhecimento escolar. Há fortes rumores entre os próprios estudantes de que essas possibilidades de *ganhar dinheiro* com o jeans estão cada vez mais escassas.

Essa desilusão tem a ver com uma memória muito presente na população de Toritama de que o ramo da confecção já foi bem mais promissor. Entre os entrevistados é notório que não há receio de desemprego, porém, a falta de expectativa torna-se frustrante, até porque a imensa maioria (95%) ocupa os postos mais fatigantes da cadeia como o de costureiras, carregadores, cortadores, etc. A julgar pelo tom de muitas entrevistas a busca pelo ensino superior parece ter surgido como uma alternativa a este sentimento.

Um segundo fator elencado por estudantes e reforçado por professores é a ampliação das políticas públicas de acesso à universidade ocorrida nos últimos anos. De certo, tal disposição não estaria ganhando força se as possibilidades reais não se fizessem palpáveis, “o que não é objectivamente acessível não passa a ser subjectivamente desejável” como afirma Lahire (2011, p 15). Para os estudantes/trabalhadores estas políticas colocaram o curso superior como uma realidade atingível, ainda que com muitos obstáculos, quase sempre, não encontrados por jovens das classes média e alta. No caso, a necessidade de

acumular o trabalho, as limitações escolares e a ausência deste capital nas referidas famílias que até prezam pela presença dos filhos na escola, mas sem o concebimento de que, fora dela, o trabalho na confecção impõe uma série de barreiras ao desenvolvimento escolar como um todo, especialmente quando este trabalho é familiar, o que corresponde a 55% deles

O alto percentual de jovens entrevistados que afirmaram a intenção de dar continuidade nos estudos não assemelha a escola Estelita Timóteo a outras de rede particular onde as disposições com foco no ensino superior estão consolidadas, além de ser este um objetivo alcançável por parte destes estudantes geralmente das classes média e alta. Muito embora, nesta mesma escola é crescente entre os estudantes/trabalhadores a noção de que o papel do ensino médio é projetar para o ensino superior. Só que, no caso deles, trata-se de uma disposição que existe, porém, limitada pela insuficiência da escola pública, pela falta de um capital familiar como lembra Souza (2012) e, claro, pelo trabalho. A pesquisa se deparou com este movimento ainda que ele soe contraditório.

É tanto que o que chama mais atenção é o ímpeto destes estudantes/trabalhadores de seguir carreira universitária. O êxito ou não destas investidas ainda é algo, podemos dizer, em aberto: vão alcançar nota no ENEM para cursar a área pretendida, uma vez que dependem da nota do SISU? No caso de alcançarem nota para um curso diferente do desejado, permanecerão assim mesmo com o risco de não exercer a profissão? Conseguirão conciliar, mais uma vez, o trabalho na confecção e o estudo tendo, muito provavelmente, que se deslocar pra outra cidade? São impasses que se somam a uma discussão mais ampla: este impulso tende a permanecer já que depende das políticas públicas de acesso à universidade num cenário político instável onde as ameaças de descontinuidade chegam a vários dos direitos adquiridos? São questões de uma realidade em movimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- ANDRADE, M. C. **Atlas escolar de Pernambuco**. João Pessoa: Grafset, 2003.
- ANDRADE, T. L. C. Formação do território Pernambucano. In: ANDRADE, M. C. **Atlas escolar de Pernambuco**. João Pessoa: Grafset, 2003.
- ARAÚJO, M. J. **Memórias de minha terra**. Recife: CEPE, 2007.
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- BERMÚDEZ, A. C. No Brasil, 44% dos estudantes de 15 e 16 anos trabalham, mostra ranking. **UOL**. 2017. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/04/19/no-brasil-44-dos-estudantes-de-15-e-16-anos-trabalham-mostra-ranking.htm>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- BEZERRA, E. M. **O trabalho a domicílio das mulheres do cariri paraibano no polo de confecções do agreste de Pernambuco**. 2011. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2240>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BLANCO, D. M.; et al. Entrevista: Bernard Lahire. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 17, n. 38, p. 280-302, jan/abr, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v17n38/1517-4522-soc-17-38-00280.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Brtrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRAGA, B. M. **O informal como tecido social**: os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o agreste das confecções/Pernambuco/Brasil. João Pessoa: UFPB, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. [REUNI]. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. [PROUNI]. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. [LDB]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. [IDEB]. **Norma técnica n. 01**. Concepção IDEB. [S. a.]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB Toritama**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=424156>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, USP: 1982.

CÁRIA, N. P.; SIQUELLI, S. A. O Reconhecimento do valor social do PROUNI na visão dos bolsistas egressantes. **Revista de Ciências Humanas – Educação**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 28, p. 19-38, jul. 2016. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2150>. Acesso em: 21 mar. 2020.

CARDOSO, A. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTILHO, C. **Pequena indústria e produção do espaço em Toritama-PE**. Recife: UFPE, 1985.

CATANI, A. M.; *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ESTEVEES, E. No agreste, 2º maior polo têxtil do país resiste à crise, mas precisa se reinventar. **Leijá**. [S. l.], [S. n.], 2019. Disponível em: <http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia4.html>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ESTEVEES, E. O império do jeans em Toritama: uma cidade revestida de fábricas. **Leiajá**. [S. l.], [S. n.], 2019. Disponível em: <http://especiais.leiaja.com/descosturandoacrise/materia2.html>. Acesso em: 11 mar. 2020.

ESTOU me guardando para quando o carnaval chegar. **Direção de Marcelo Gomes**. [BRASIL]: Vitrine Filmes, 2019. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81180842>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FELIPE, E. Polo de Confeccões do agreste: da Sulanca à Industrialização. **JC online**, Recife, 2014. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/14/polo-de-confeccoes-do-agreste-da-sulanca-a-industrializacao-160371.php>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAJ. **O Polo de confecções de Toritama**: análise das relações de trabalho e da informalidade. Relatório de pesquisa. Recife, dezembro de 2008.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

GOMES, M. Toritama é uma China com um Carnaval no meio. **Carta Maior**. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cinema/-Toritama-e-uma-China-com-um-Carnaval-no-meio-/59/46061>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GRUN, Roberto. Trabalho. In: CATANI, Afrânio Mendes; *et al.* (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HELENO, E. A. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7309?locale=pt_BR. Acesso em: 21 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [IBGE Cidades]. **População de Toritama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/toritama/panorama>. Acesso em: 06 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados relativos ao Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

JOURDAIN, A; NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LACERDA, A. Na Capital do Jeans, desemprego zero. **O estado de São Paulo**. 2010. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,na-capital-do-jeans-desemprego-zero-imp-,652693>. Acesso em: 28 mar. 2020.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo, Editora Ática, 1995.

LAHIRE, B. A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXI, p. 13-22, 2011. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2218>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste Pernambucano**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2004. Disponível em: http://www.ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_039.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

MACIEL, A. D. Toritama. In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XVIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

MATOS, F. R. N. **O tecido empreendedor e o capital social costurando o desenvolvimento local**: um estudo em um aglomerado de confecção no agreste pernambucano. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD). Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/437>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MELO, M. L. Bases geográficas dos problemas do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. a. XXIV, n. 4, p. 503-541, out-dez, 1962. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n4.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NEGREIROS, É. P. E. V. **Viver em Toritama é trabalhar**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9198>. Acesso em: 10 mar. 2020.

NEVES, M. R. S. **Os herdeiros da costura?**: trajetória de jovens trabalhadores da confecção. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba: UFCG, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9828.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, R. V. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: OLIVEIRA, R. V.; SANTANA, M. A. **Trabalho em Territórios Produtivos Reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei 12.242 de 28 de junho de 2002**. Dispõe sobre a forma de cálculo das gratificações de representação das funções técnico-pedagógicas do magistério... Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/?lo122422002>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.944 de 16 de dezembro de 2005**. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12944&complemento=0&ano=2005&tipo=&url=>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PERNAMBUCO. Base de dados do Estado (BDE). **Evolução da população, por sexo em Pernambuco**: período de referência 1872 a 2010. 2020. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=546&Cod=3 Acesso em: 25 mar. 2020.

PERNAMBUCO. [SECRETARIA DE EDUCAÇÃO]. **Censo escola 2014**: folder. 2014. Disponível em:
http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/6197/FOLDER_2014.png.
 Acesso em: 20 mar. 2020.

PNUD BRASIL; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. [Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)]. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2020. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 10 mar. 2020.

PNUD BRASIL; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **IDHM Toritama-PE**. 2020. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/toritama_pe. Acesso em: 12 mar. 2020.

QEDU. Censo escolar 2018. **QED**. [S. l.], 2018. Disponível em:
https://www.qedu.org.br/cidade/3829-toritama/censoescolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= . Acesso em: 20 jun. 2019.

QEDU. **IBEB Pernambuco 2017**. Disponível em: <https://qedu.org.br/estado/117-pernambuco/ideb>. Acesso em: 14 mar. 2020

QEDU. **IBEB Brasil 2017**. Disponível em:
<https://qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=2&grade=3&edition=2017>. Acesso em: 14 mar. 2020

RESENDE, T. F. Sistema de Ensino. In: CATANI, A. M.; *et al.* (Orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RODRIGUES, M. MEC libera consulta de bolsas do Prouni, mas suspende inscrições até liberação do SISU. **G1**. 2020. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/01/27/mec-libera-consulta-de-bolsas-do-prouni-mesmo-com-inscricoes-suspensas-por-decisao-judicial.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2020.

RODRIGUES, R. O. A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu. **Sinais: Revista de Ciências Sociais**, Espírito Santo, n. 22/1, p. 28-47, jan-jun, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/18654>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SATYRO, N.; SOARES, S. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília: IPEA, 2007.

SEBRAE. **Estudo econômico das indústrias de confecções de Toritama/PE**. SEBRAE-PE: Recife, 2019.

SELL, C. E. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SETTON, M. G. J. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 315-321, maio/ago., 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200009. Acesso em: 15 jul.2020.

SILVA, A. P. G. **Do couro do jeans**: evolução da economia informal do fabrico de roupa jeans em Toritama – PE. Monografia (Especialização em História do Brasil República) - Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, UFPB: 1994.

SILVA, S. R. **A juventude na "Sulanca"**: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte- PE. 2009. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2009. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2662>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

VALLE, M; PAULO, S. Capitão de Indústria. Intérprete: Os Paralamas do Sucesso. In: **9 Luas**. EMI, 1996. 1 CD.

VALLE, M; PAULO, S. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

WACQUANT, L. H. In: CATANI, A. M.; *et al.* **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE 01



**MESTRADO PROFISSIONAL DE
SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

PESQUISA SOBRE OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE TORITAMA/PE
INSERIDOS NAS ATIVIDADES LIGADAS AO RAMO DE CONFECCÃO NA CIDADE.

Objetivo:

O presente questionário tem por objetivo traçar um perfil socioeconômico dos estudantes do Ensino Médio da cidade de Toritama/PE inseridos nas atividades do ramo de confecções e pesquisar seus limites e possibilidades de conciliar Escola e Trabalho.

QUESTIONÁRIO

Nome:

Escola: Estelita Timóteo.

1 – GÊNERO

- () Masculino
() Feminino

2 – IDADE

_____ anos

**3 – LOCAL DE
MORADIA**

- () Zona Urbana
() Zona Rural

**4 – ESTADO
CIVIL**

- () Solteiro
() Casado
() Divorciado
() Viúvo
() Desquitado

5 – ETNIA

- () Branco
() Negro
() Pardo
() Índio
() Outro

6 – Em qual série você estuda?

- () 1º Ano
() 2º Ano
() 3º Ano

7 – Em qual turno você estuda?

- () Manhã
() Tarde
() Noite

8 – Que tipo de escola você frequentou no Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)?

- () Somente escola pública.

- ☐ Somente escola particular.
- ☐ Em escola pública e particular.

9 – Quantas pessoas, incluindo você, moram na mesma casa?

- ☐ 01 ☐ 02 ☐ 03 ☐ 04 ☐ 05 ☐ 06 ☐
- Mais: _____

10 – Somando todos os salários da(s) pessoa(s) da casa, qual é a renda total?

- ☐ Menos de 1 salário mínimo.
- ☐ 01 salário mínimo (R\$ 998,00).
- ☐ 01 salário mínimo e meio.
- ☐ 02 salários mínimos.
- ☐ 03 salários mínimos.
- ☐ Mais de 03 salários mínimos.
- ☐ Outros valores: _____

11 – Qual o nível de instrução do seu pai?

- ☐ Não alfabetizado.
- ☐ Lê e escreve, mas nunca foi à escola.
- ☐ Ensino Fundamental incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental completo.
- ☐ Ensino Médio Incompleto.
- ☐ Ensino Médio completo.
- ☐ Cursando Ensino superior.
- ☐ Superior Completo.

12 – Qual o nível de instrução da sua mãe?

- ☐ Não alfabetizado.
- ☐ Lê e escreve, mas nunca foi à escola.
- ☐ Ensino Fundamental incompleto.
- ☐ Ensino Fundamental completo.
- ☐ Ensino Médio Incompleto.
- ☐ Ensino Médio completo.
- ☐ Cursando Ensino superior.
- ☐ Superior Completo.

13 – Qual o seu local de trabalho?

- ☐ Fabrico
- ☐ Facção
- ☐ Lavanderia
- ☐ Feira
- ☐ Fábrica

☐ Outro: _____

14 – Qual sua atividade?

- ☐ Costureiro
- ☐ Cortador de tecidos

() Aprontamento de peças

() Vendedor

() Carregador

15 – Você tem algum parentesco com o patrão?

() Não. Não sou parente do meu patrão.

() Sim, sou filho (a).

() Sim, sou primo (a).

() Sim, sou tio (a).

() Sim, sou sobrinho (a).

() Sim, sou marido (esposa).

() Patrão

() Outra: _____

() Outro: _____

16 – Qual o (a) principal responsável pelo sustento da sua família?

() Pai

() Mãe

() Pai e mãe

() Você próprio

() Outro: _____

17 – Você trabalha de carteira assinada?

() Sim

() Não

18 – Quantas horas você trabalha por dia?

() 06

() 10

() 07

() 11

() 08

() 12

() 09

() Mais: _____

19 – Você costuma fazer hora extra no trabalho (serão)?

() Sim, praticamente toda semana.

() Sim, mas só nas épocas das vendas aquecidas.

() Não, não costumo fazer serão.

() Outro: _____

20 – Se você respondeu “SIM” na questão 19, quanto tempo, em média dura uma jornada extra (serão)?

() Até 01 horas

() Até 04 horas

() Até 02 horas

() Até 05 horas

() Até 03 horas

() Mais: _____

21 – Você costuma trabalhar sábados, domingos e feriados?

() Sim

() Não

22 – Você consegue conciliar o horário do trabalho com o horário da escola?

() Sim, consigo sair do trabalho e chegar na escola sem atrasos.

() Em partes. Às vezes estendo o horário do trabalho e atraso na escola.

() Não. O horário de saída do trabalho sempre compromete o horário de chegada na escola.

23 – Considera que o trabalho toma algum tempo que você gostaria de dedicar à escola ou aos estudos?

() Sim

() Não

24 – Já precisou faltar algum dia de prova ou atividade para nota por exigência do trabalho:

() Sim

() Não

25 – Você sente mais dificuldade em dar conta das atividades da escola na época das chamadas “feiras boas”?

() Sim

() Não

26 – Quais suas principais formas de consumo, ou seja, de que maneira você gasta seu salário?

() Compra utensílios de casa (móveis e eletrodomésticos).

() Compra bens pessoais não-duráveis (roupas, celulares, sapatos, etc.).

() Compra bens duráveis (carro, moto, terreno, etc.).

() Investe na poupança.

() Investe na educação pessoal por meio de cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento.

() Usufrui com viagens e passeios.

() Usufrui com festas na cidade e na região.

() Outra:

27 – Quais seus planos e objetivos a serem perseguidos após o término do Ensino Médio?
